

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**VIVÊNCIA DA PARENTALIDADE NA ADOÇÃO**

**Ana Rita Ferreira da Costa**

Outubro, 2013

**Ana Rita Ferreira da Costa**

**Presidente:** Doutor Amâncio da Costa Pinto

**Arguente:** Doutora Sylvie Marinho

**Orientadora:** Doutora Maria Adelina Acciaiuoli Faria  
Barbosa Ducharne

**Classificação:** 17 valores

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da  
Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Maria  
Adelina Barbosa Ducharne (F.P.C.E.U.P.).

## **Resumo**

Todas as famílias iniciam uma nova etapa no seu ciclo familiar quando são pais, pelo que a parentalidade apresenta semelhanças nas diferentes formas de família. Contudo as diferentes estruturas familiares atuais implicam igualmente especificidades da parentalidade que se prendem, nomeadamente, com a maneira como emerge o sistema parental no seio da família. É através da adoção que as famílias que não puderam ter filhos biologicamente, concretizam o seu desejo de parentalidade e se constituem como família. Desta forma, é essencial compreender como decorre a transição para a parentalidade nas famílias que adotaram uma criança e como estas famílias exercem a sua parentalidade por adoção. A presente dissertação apresenta um estudo empírico cujo objetivo é explorar a relação entre um processo específico das famílias adotivas - a vivência da adoção - e o exercício da parentalidade que, nas suas componentes básicas, é comum a todo o tipo de famílias.

Na investigação participaram 125 figuras parentais, que tinham adotado 125 crianças. Foram usados dois instrumentos de avaliação: uma entrevista - a EPA portuguesa - de onde resultaram as variáveis do processo e da vivência da adoção e um questionário - QPP - para avaliar ideias, comportamentos e afetos parentais.

Os resultados obtidos demonstram que as famílias participantes apresentam uma maior emocionalidade positiva que negativa e utilizam mais estratégias disciplinares indutivas que punitivas. Verifica-se ainda que são famílias que se dizem felizes, nas quais a repercussão da adoção foi muito positiva e que se encontram muito satisfeitas com a família formada por adoção. Observam-se diferenças ao nível da vivência da adoção e da parentalidade em função das características da criança e dos pais.

Este estudo mostra como o processo de adoção é vivenciado pelas famílias, e de que forma tem impacto na forma como os pais exercem a parentalidade, ou por outro lado também, de que forma a parentalidade exercida influencia a vivência da adoção, levantando a relação existente entre elas. Os resultados deste estudo têm implicações ao nível da prática na adoção.

**Palavras-chave:** Vivência da Adoção, Parentalidade, Comportamento, Ideias, Emoções

## **Abstract**

Families start a new beginning in their life cycle when they become parents. Parenthood might be similar in different types of families. However, different current family structures imply specifics of parenthood related, in particular, with the way that the parental system emerges in the family. Adoption provides families who could not have biological children the possibility of realizing their wish of parenting and constituting a family. Therefore, it is essential to understand how the transition to parenting occurs in families who adopted a child and how they exercise their adoptive parenting.

The present dissertation presents an empirical study whose object is to explore the relationship between a specific process of adoptive families - the life experience of adoption - and the exercise of parenting which, in its basic components, is common to all types of families.

125 adoptive parents with 125 adopted children participated in the research. Two assessment instruments were used; an interview - EPA Portuguesa - which resulted from the process variables and the life experience of adoption and an enquiry - QPP - to evaluate the ideas, behaviors and parental affection.

The results show that the participant families present a greater positive than negative emotionality and used more inductive discipline strategies than punitive ones. In families who say they are happy, the result of adoption was very positive and they are very pleased with the family that was formed by adoption. Differences at the level of life experiences of adoption and parenthood in function of characteristics of the child and parents were observed.

This study shows how the adoption process is experienced by families and how the way that parents exercise parenthood is impacted, as well as, how the exercised parenthood influences the life experience of adoption. The results of this study have implications for the adoption practice.

**Keywords:** Life experience of adoption, Parenting, Behaviour, Ideas, Emotions

## **Résumé**

Toutes les familles entament une étape nouvelle de leur cycle de vie lorsque les couples deviennent parents, et la parentalité présente des ressemblances entre les différentes formes de famille. Cependant, les diverses structures familiales actuelles impliquent également des spécificités de la parentalité qui s'attachent, notamment, à la façon comme émerge le système parental au sein de la famille. C'est à travers de l'adoption que les familles qui biologiquement n'ont pu avoir d'enfants, concrétisent leur désir de parentalité et se constituent en famille

Il est donc essentiel de comprendre comment se déroule la transition vers la parentalité dans les familles qui ont adopté un enfant et comment ces familles exercent leur parentalité par adoption. Cette dissertation présente une étude empirique dont l'objectif est d'explorer la relation entre un processus spécifique des familles adoptives - le vécu de l'adoption - et l'exercice de la parentalité qui, dans ses composantes de base, est commun à tous types de familles.

Ont participé à l'investigation 125 figures parentales, qui avaient adopté 125 enfants. Deux instruments d'évaluation ont été utilisés : une entrevue - l'EPA portugaise - par laquelle sont révélées les variables du processus et du vécu de l'adoption, et un questionnaire - le QPP - afin d'évaluer les idées, les comportements et les affections parentales.

Les résultats obtenus démontrent que les familles participantes présentent une plus grande émotivité positive que négative et utilisent davantage de stratégies disciplinaires inductives plutôt que punitives. On vérifie en outre, que ce sont des familles qui se disent heureuses, pour lesquelles la répercussion de l'adoption a été très positive et qui sont très satisfaites de la famille créée par l'adoption. On observe des différences au niveau du vécu de l'adoption et de la parentalité en fonction des caractéristiques de l'enfant et des parents.

Cette étude montre comment le processus de l'adoption est vécu par les familles et dans quelle mesure il a un impact sur la forme d'exercice de la parentalité par les parents et, par ailleurs aussi, de quelle manière la parentalité telle qu'exercée a une influence sur le vécu de l'adoption. Les résultats de cette étude ont des implications au niveau de la pratique de l'adoption.

**Mots-clés :** Vécu de l'adoption, Parentalité, Comportement, Idées, Emotions.

## **Agradecimentos**

A vida é um ciclo de constantes aprendizagens. Estas devem-se a todos aqueles que passam e permanecem na minha vida, permitindo o meu crescimento interior através de todas as marcas deixadas por uma palavra ou por um gesto. É importante saber que em todas as fases estiveram presentes e por isso hoje agradeço-vos.

À Professora Doutora Adelina Barbosa, que me apresentou a este “mundo da adoção”, fazendo crescer o interesse e o gosto por esta área. Por toda a atenção prestada e apoio que me permitiram concretizar este projeto. Muito obrigada.

Às meninas do grupo de investigação – Sara, Sílvia, Ana Raquel e Anne Sophie – que me apoiaram, ajudaram e me ouviram ao longo deste percurso.

À Joana Soares, pela paciência, por toda a ajuda e dedicação, que me permitiu avançar neste projeto, e pelo apoio incondicional que me incentivaram e deram forças para trabalhar e ser melhor. Muito Obrigada.

Às famílias adotivas que abriram as portas de sua casa, transmitindo saberes da sua vida pessoal, tornando possível experienciar esta temática da adoção de perto, e concretizar este estudo.

Às minhas colegas de mestrado, Obrigada: À Maria, por toda a partilha de saberes e experiências vivenciadas neste “mundo da adoção” e pela paciência demonstrada nos momentos mais difíceis. À Elodie por acreditar em mim quando a desmotivação e a incerteza de que o projeto não se realizaria, me invadiam. Obrigada por te teres encontrando sempre presente no decorrer deste longo percurso que foi o mestrado, permitindo-me reconhecer uma grande amiga nestes dois anos. Por fim, à Cláudia, que apesar da distância que nos separa, tiveste sempre uma atenção e uma palavra amiga de força para esta “etapa” da minha vida.

À Mafalda, “irmã” e amiga, por estares sempre presente. Por todo o otimismo transmitido nos meus momentos mais aflitos. Por toda a paciência e compreensão que tiveste para me “aturar” nesta etapa mais delicada. Obrigada por toda a força e por todos os momentos vividos que me fizeram acreditar que seria possível. Não gostei de ti no primeiro dia, mas nos dias que decorrem és um pilar fundamental na minha vida. Obrigada pela amizade.

A todos os meus amigos que não distingo, mas que tenho sempre presente, e com quem partilho outros momentos da minha vida, obrigada pelo carinho, pelos sorrisos e pela força depositada quando “deixei” Leiria. Tal como aqueles que me “receberam” no Porto, obrigado pelo apoio demonstrado nesta nova etapa da minha vida, por todos os momentos de descoberta desta cidade e por não me fazerem desistir.

Aos meus pais, por me amarem tanto, e mo demonstraram ao longo da minha vida. Obrigado por me terem ajudado a construir a pessoa que sou hoje, porque vocês são o meu grande modelo de pessoa, os meus ídolos. Sem vocês não teria conseguido alcançar este sonho. Obrigado por todos os esforços que fizeram para que tal fosse possível. Obrigado por acreditarem em mim e nunca me terem deixado desistir. Obrigado por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida, bons e maus. A vocês dedico este meu trabalho, porque vocês os dois, são a minha grande família.

## **Lista de Abreviaturas**

EPA - Entrevista sobre o Processo de Adoção

FAC - *Family Adoption Communication*

FPCEUP - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

IED - Inventário de Estratégias Disciplinares

IPA - Investigação sobre o Processo de Adoção: Perspetiva de Pais e Filhos

ISS, IP - Instituto da Segurança Social, Instituto Público

PAQ - *The Parental Affections Questionnaire*

QAP - Questionário sobre Afetos Parentais

QICP - Questionário sobre Ideias e Comportamentos Parentais

QPP - Questionário sobre Parentalidade para Pais

Q4E - Escala de Avaliação de Estilos Educativos

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

## Índice

### Capítulo I

#### Parentalidade na Adoção – Fundamentação teórica

1. Transição à filiação adotiva.....	3
2. Transição à parentalidade adotiva (vs parentalidade convencional) .....	5
2.1. Comportamento disciplinar .....	8
2.2. Emoções parentais.....	10
2.3. Ideias parentais .....	11
3. Famílias convencionais vs famílias adotivas: semelhanças e diferenças .....	13
4. Vivência da adoção.....	17

### Capítulo II

#### Parentalidade na Adoção - Estudo empírico

1. Método.....	20
1.1. Objetivos de Estudo .....	20
1.2. Participantes .....	20
1.3. Instrumentos.....	21
1.4. Procedimento .....	23
1.4.1. Procedimento de seleção da amostra.....	23
1.4.2. Procedimento de recolha de dados .....	23
1.4.3. Procedimento de análise dos dados .....	24
2. Resultados.....	24
2.1. Processo de adoção e vivência da adoção: medidas descritivas .....	24
2.2. Dimensões da parentalidade: medidas descritivas.....	25
2.3. Relações entre parentalidade e vivência da adoção .....	26
2.4. Impacto/relação de variáveis relativas à criança na parentalidade adotiva e na vivência da adoção .....	28
2.4.1. Sexo da criança.....	28
2.4.2. Tempo de permanência na família biológica .....	29
2.4.3. Tempo de acolhimento .....	29
2.4.4. Tipo de acolhimento.....	29
2.4.5. Idade da criança no momento da adoção .....	30
2.4.6. Idade atual da criança.....	32

2.5. Efeito de interação entre idade de adoção e idade atual da criança na explicação das dimensões da parentalidade e da vivência da adoção .....	34
2.6. Impacto/Relação de variáveis relativas aos pais na parentalidade adotiva e na vivência da adoção .....	35
2.6.1. Sexo da figura parental.....	35
2.6.2. Idade da figura parental.....	35
2.6.3. Escolaridade da figura parental .....	35

### **Capítulo III**

#### **Discussão dos resultados e conclusão**

1. Discussão dos Resultados.....	36
1.1. Parentalidade adotiva.....	36
1.1.1. Comportamentos parentais .....	36
1.1.2. Emoções parentais.....	37
1.1.3. Ideias parentais .....	38
1.2. Vivência da adoção .....	41
1.2.1. Vivência do processo .....	41
1.2.2. Variáveis de <i>outcome</i> da criança.....	42
1.2.3. Satisfação (com a criança, com a família e com a adoção).....	43
1.2.4. Percepção de diferenças/semelhanças entre família adotiva e família convencional	45
1.3. Relação entre a vivência da adoção e a parentalidade .....	46
2. Conclusão .....	49
 Referências Bibliográficas.....	 51

## **Índice de Tabelas**

<i>Tabela 1.</i> Distribuição em Classes da Amostra em Função da Idade Atual da Criança.....	21
<i>Tabela 2.</i> Distribuição em Classes da Amostra em Função da Idade da Criança Aquando da Adoção.....	21
<i>Tabela 3.</i> Cruzamento (Crosstabs) entre a Idade Atual da Criança e a Idade de Adoção.....	21
<i>Tabela 4.</i> Medidas Descritivas das Variáveis do Processo e Vivência da Adoção (EPA).....	25
<i>Tabela 5.</i> Medidas Descritivas das Variáveis de Parentalidade (QPP).....	26
<i>Tabela 6.</i> Correlações entre Dimensões da Parentalidade e Variáveis da Vivência da Adoção.....	27
<i>Tabela 7.</i> Classes Etárias de Adoção e Variáveis da Parentalidade e da Vivência da Adoção – ANOVAs.....	31
<i>Tabela 8.</i> Classes Etárias da Criança e Variáveis da Parentalidade e da Vivência da Adoção – ANOVAs.....	34

## **Capítulo I**

Parentalidade na adoção

Fundamentação teórica

## **Introdução**

A adoção remonta aos primórdios da história da humanidade, tendo surgido na antiguidade como forma de imortalizar a família. Porém, ao longo do tempo verificaram-se modificações na sua conceptualização teórica e prática, inerentes à evolução social e cultural da humanidade (Oliveira, 2008). Atualmente, a adoção remete para a atribuição de uma família à criança, (e não de uma criança à família), tendo em atenção os seus superiores interesses. Desta forma, num sentido meramente jurídico, a adoção define-se como “o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independente dos laços do sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas” (artigo 1974º do Decreto de lei nº 31\2003 de 22 de Agosto). É importante referir que a adoção tem em conta tanto a criança, como a família adotiva, uma vez que estão associados, quer o “caminho” que a família percorreu até chegar à parentalidade, quer o “caminho” da criança até ficar disponível para ser adotada (Palacios, Sánchez-Sandoval, & Sánchez- Espinosa, 1996).

A adoção é uma medida de proteção à criança que não pode crescer na sua família de origem, que visa a integração de uma criança num novo seio familiar, com a criação de novos vínculos reparadores. Porém, é importante realçar que as crianças adotadas apresentam características específicas, tendo em conta a “mochila” carregada de experiências passadas com que chegam à família. Estas crianças tiveram um passado na família biológica pautado, muitas vezes, por experiências de negligência e maus tratos físicos e psicológicos, e passaram pela vivência da institucionalização, denominada por alguns autores como uma nova experiência de negligência, desta vez estrutural (van Ijzendoorn et al., 2011).

Para além de uma medida de proteção, a adoção tem sido reconhecida também como uma medida de intervenção, uma vez que permite a recuperação de áreas como o desenvolvimento físico, socio-emocional e cognitivo (Juffer et al., 2011). No entanto, a investigação tem mostrado que esta recuperação não é uniforme em todas as áreas do desenvolvimento, e ao longo de todo o desenvolvimento, e é sobretudo função das características da família adotiva, da qualidade do ambiente familiar e da relação pais-filhos. Assim, as famílias adotivas devem ser capazes de responder às necessidades apresentadas por estas crianças, promovendo um ambiente familiar harmonioso para que esta possa desenvolver novos laços afetivos, sentimentos de segurança e confiança sobre a nova família. Para tal, é fundamental que a vivência parental da adoção e da própria parentalidade adotiva sejam positivas. É neste sentido que surge o presente estudo com o objetivo de explorar a vivência da parentalidade na adoção, procurando percebê-la naquilo que tem em comum com as famílias convencionais e em específico por ser uma família adotiva.

No primeiro capítulo deste trabalho é realizada a revisão bibliográfica, centrada na transição para a filiação adotiva, para a parentalidade adotiva, nas diferenças e semelhanças entre famílias adotivas e famílias convencionais e na vivência da adoção.

No segundo capítulo é apresentado o estudo empírico. Primeiro é descrito o método e posteriormente são apresentados os resultados.

Por último, no terceiro capítulo são discutidos os resultados à luz da fundamentação teórica inicial e apresentadas as principais conclusões do estudo, anunciando as suas mais-valias e implicações para a prática na adoção.

## 1. Transição à filiação adotiva

As crianças adotadas quando chegam à família trazem consigo experiências prévias: as crianças mais novas têm uma herança genética e uma história pré-natal; as crianças mais velhas passaram, muitas vezes, por experiências de negligência e/ou maus tratos (Palacios, 2010), vendo o seu desenvolvimento comprometido pela falta de um ambiente familiar com qualidade, nos primeiros anos de vida. Além disso, estas crianças tiveram uma experiência de institucionalização, mais ou menos prolongada, tendo na sua história de vida passado por diversas transições ecológicas, sendo denominadas na literatura como crianças sem pais permanentes (*Children Without Permanent Parents*) (Mccall, van Ijzendoorn, Juffer, Groark, & Groza, 2011). Ao longo da sua vida foram estabelecendo ligações com diferentes pessoas tendo experiências mais ou menos saudáveis de vinculação e, simultaneamente, tendo de lidar frequentemente com as perdas destas relações (Palacios, 2010).

Por estas razões, as crianças adotadas apresentam um passado de adversidade, que põe em causa o seu desenvolvimento normativo, apresentando necessidades desenvolvimentais específicas (Palacios et al., 1996).

Palacios (2007) identifica três grupos de necessidades nas crianças adotivas: (a) relacionadas com o passado: problemas de desenvolvimento físico, sensorial, cognitivo, emocional e de saúde; (b) relacionadas com o processo de adaptação e integração: a necessidade de vinculação aos adotantes e a necessidade de integração familiar; e (c) relacionadas com a identidade adotiva: necessidade de entender, aceitar e integrar a história familiar.

Tendo em conta as necessidades específicas das crianças adotadas, Palacios (2007) apresenta o modelo de necessidade-capacidades, construído com o apoio de profissionais da área da adoção, que procuram orientar as diversas fases do processo de intervenção. O princípio orientador deste modelo tem como centro a criança e as suas necessidades. O modelo vai muito além do momento da avaliação, fornecendo conteúdo próprio para cada uma das intervenções, tanto antes da avaliação, ao nível da informação e formação, como depois ao nível da monitorização e apoio pós-adoção (Palacios, 2007). Assim, o objetivo é selecionar os pais capazes de responder às necessidades específicas “daquela criança”, procurando avaliar os candidatos da melhor forma possível, identificando que capacidades possuem e intervindo no desenvolvimento de outras capacidades para dar resposta a estas necessidades específicas (Palacios, 2007). O desenvolvimento destas capacidades será abordado mais à frente.

Diversos são os estudos realizados com o objetivo de destacar o que se sabe sobre a maneira pela qual a adoção influencia o funcionamento social, emocional, comportamental e acadêmico das crianças. Por exemplo, as estatísticas apontam para o facto dos adotados apresentarem uma taxa desproporcional de problemas psicológicos, comparativamente aos não adotados. Porém, Warren (1992) verificou através de adolescentes que estes, além de apresentarem uma maior tendência a problemas, também eram encaminhados com maior frequência para os serviços de saúde mental, mesmo que por vezes a problemática fosse de simples resolução, comparativamente aos não adotados.

Brodzinsky (1993) investigou os problemas de ajustamento nas crianças, verificando que entre os 6 e os 12 anos, os adotados apresentam mais problemas a este nível do que os não adotados. Os adotados revelam também maiores dificuldades de adaptação, nomeadamente na escola, com uma enorme incidência de problemas psicológicos e de baixas competências sociais, afetivas, de aprendizagem e de comportamento (Brodzinsky, Singer, & Braff, 1984; Deater-Deckard & Plomin, 1999; Kirschner & Nagel, 1988). De acordo com os pais, os adotados do sexo masculino apresentam um sucesso escolar inferior e comportamentos de agressão e hiperatividade. As crianças do sexo feminino apresentam dificuldades na interação social, insucesso escolar, propensão a depressões, isolamento social e agressividade. Porém, em crianças adotadas que fazem parte de uma família com filhos biológicos, estas problemáticas não se evidenciam, quando comparadas com não adotados (Brodzinsky, 1993).

Apesar de existirem evidências de que os adotados apresentam um maior risco de diversificados problemas, ao nível psicológico, comportamental e académico, em comparação com as crianças não adotadas, estes encontram-se enquadrados no intervalo normal de ajustamento (Brodzinsky, 1993). Além disso, a recente investigação tem mostrado que a qualidade do ambiente familiar e da relação pais-filhos pode permitir a recuperação do desenvolvimento destas crianças, que estavam em atraso fruto da adversidade precoce, e aproximá-las das crianças não adotadas.

Numa meta-análise, realizada por van Ijzendoorn e Juffer (2006), verificou-se que embora a recuperação seja incompleta em alguns domínios do desenvolvimento (particularmente o crescimento físico e a vinculação), as crianças adotadas apresentam plasticidade ao nível físico, socio-emocional e cognitivo. Os autores verificaram que adoções realizadas antes do primeiro ano da criança, estavam associadas a uma recuperação mais completa ao nível da altura, vinculação e rendimento académico, quando comparadas com adoções tardias (van Ijzendoorn & Juffer, 2006). No mesmo sentido, também Palacios, Román e Camacho (2010) verificaram que os atrasos iniciais no crescimento e

desenvolvimento das crianças, após a adoção, foram lentamente recuperados, principalmente ao nível da altura e do peso (e menos ao nível do perímetro encefálico e do desenvolvimento psicológico). Os autores verificaram também que maior parte da recuperação ocorreu nos primeiros três anos de adoção (Palacios et al., 2010).

## **2. Transição à parentalidade adotiva (vs parentalidade convencional)**

“A parentalidade diz respeito ao conjunto de ações encetadas pelas figuras parentais junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento de forma o mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade” (Cruz, 2013, p. 13). O exercício parental apoia-se em vários papéis: pais como parceiros de interação, pais como instrutores diretos e pais como estimuladores de oportunidades e aprendizagens (Modelo tripartido de Parke e Buriel, 1998).

O exercício da parentalidade é alvo de uma evolução constante, visto que a interação entre os pais e filhos também se altera. A interação modifica-se tendo em conta as características das crianças, por exemplo a idade e o seu desenvolvimento geral, características dos pais e os fatores contextuais e extrafamiliares.

É importante clarificar que práticas parentais diferem de estilos parentais. Hoffman (1994) caracteriza as práticas parentais como situações específicas do quotidiano na interação dos pais e filhos, sendo as estratégias aplicadas na educação das crianças. Desta forma, as práticas parentais constituem estratégias cujo objetivo é modificar os comportamentos inadequados para estimular os adequados. Caracterizam-se assim como comportamentos definidos por conteúdos específicos e objetivos de socialização (Reppold, Pacheco, Bardagi, & Hutz, 2002). Segundo Darling e Steinberg (1993), as práticas disciplinares deixaram de se restringir ao papel de controlo, abrangendo também a responsividade às necessidades das crianças, contribuindo para a constituição do clima emocional em que o filho é educado.

Os estilos parentais são o conjunto de atitudes, crenças, valores e expressões dos pais, que criam um clima emocional, onde se expressam comportamentos, tais como: o tom de voz, a linguagem corporal e a mudança de humor (Baumrind, 1996; Darling & Steinberg, 1993), incluem as manifestações dos pais para com os filhos e qualificam a natureza da interação entre eles (Reppold et al., 2002).

A parentalidade consiste por isso, numa tarefa complexa e desafiante. Este desafio torna-se ainda maior na parentalidade adotiva tendo em conta a diversidade de tarefas, não específicas e específicas da adoção, que interagem e se complexificam (Vieira, 2010).

Um pai e uma mãe adotivos são antes de mais um pai e uma mãe (Palacios, 2010). No entanto, existem particularidades na transição à parentalidade adotiva. A primeira relaciona-se

com o estigma da sociedade em relação à adoção, sendo esta frequentemente considerada a “segunda melhor” forma de parentalidade (Miall, 1987). A este respeito, outra particularidade são as motivações para a adoção, sendo a mais frequente a infertilidade. De acordo com Palacios (2010) é mesmo quase impossível falar de adoção sem falar de infertilidade, constituído este o primeiro desafio dos pais adotivos. É essencial que estes, mais do que resolver a infertilidade, sejam capazes de lidar com ela e incorporar esta perda num sentido saudável e funcional de si mesmos (Brodzinsky 1997 *cit in* Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Só assim serão capazes de aceitar que irão ser mãe/pai de uma criança com a qual não têm um vínculo biológico, e decidir pela adoção.

Existem muitas motivações para a adoção. Todas elas são em princípio aceitáveis, desde que tenham por base a maternidade e a paternidade e as suas obrigações (disponibilidade, dedicação, incondicionalidade) e colocando sempre as necessidades da criança à frente das necessidades do adulto (Palacios, 2010).

Esta é uma decisão na qual ambos os membros do casal devem estar de acordo, sempre que aplicável, já que a relutância de um deles pode resultar em problemas com efeitos na criança (Schwartz, 2008).

Outra particularidade deste tipo de parentalidade diz respeito à obrigatoriedade de passar por um processo de avaliação, seleção e formação, para que seja certificada a sua idoneidade como futuros pais. Além disso, existe um tempo de espera, que ao contrário de uma gravidez, é um período incerto, que provoca angústia, confusão e sentimentos de ansiedade (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). De forma a tornar este período menos de espera, e mais de preparação para a parentalidade, foi implementado recentemente em Portugal o Plano de Formação para a Adoção, que inclui um bloco de cinco sessões de formação no período que medeia entre o reconhecimento de idoneidade para a adoção e a proposta da criança. Com o objetivo de preparar os pais adotivos para a parentalidade, e para os desafios particulares da parentalidade adotiva, este plano de formação baseia-se no modelo de necessidades-capacidades de Palacios (2007), já referido anteriormente.

Os pais devem apresentar, ou desenvolver, capacidades relacionadas com: (a) a história e as características pessoais e familiares; (b) condições e circunstâncias da vida; (c) projeto da adoção; (d) capacidades educativas gerais e relacionadas com a adoção; e (e) de *coping* com a intervenção profissional (Palacios, 2007). Destacando as capacidades educativas gerais, compreende-se que os pais devem ser capazes de oferecer um ambiente familiar e social seguro, protetor, afetivo, empático e estimulador, durante a infância e a adolescência dos adotados; ser capazes de desenvolver e de facilitar o desenvolvimento de sentimentos de pertença e de vinculação; permitir aos adotados expressar os seus sentimentos

e emoções; ser capazes de implementar capacidades educativas que evitem a repetição de modelos inadequados; adaptar-se ao ritmo da criança; responder às necessidades das crianças, relacionadas com a adaptação, vinculação, reação às separações e perdas, comunicação sobre a adoção e construção da identidade adotiva, integração social, resolução de conflitos e dificuldades, problemas escolares e busca das origens (Palacios, 2007).

Apesar destas tarefas específicas porque passam os pais adotivos, existem um conjunto de fatores que podem ajudar a lidar com estes stressores e levar a resultados mais positivos da integração da criança, da transição à parentalidade adotiva e do ajustamento familiar (Brodzinsky & Huffman, 1988). Estes pais, quando são pais pela primeira vez, são normalmente mais velhos que os pais biológicos (Levy-Shiff, Goldshmidt, & Har-Even, 1991); têm uma maior estabilidade económica (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002); estão casados há mais tempo e por isso têm maior entendimento mútuo, maior sensibilidade na relação conjugal maior comunicação entre o casal e maior capacidade de lidar com o *stress* (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002); e o facto de passarem por um processo de avaliação e formação dá-lhes uma maior preparação à transição para a parentalidade do que os pais não adotivos (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Esta formação e apoio é particularmente benéfica para pais que tenham altas expectativas, na medida em que a investigação tem mostrado que quando a realidade se distancia muito das expectativas e os adotantes não são capazes de reajustá-las, a transição para a parentalidade, bem como as relações, podem complicar-se (Palacios, Sánchez-Sandoval, & León, 2005).

Levy-Shiff e colaboradores (1991) verificaram que as candidatas à adoção apresentavam valores mais baixos de depressão e valores mais altos de auto conceito, quando comparadas com grávidas. Os candidatos à adoção expressaram também maior satisfação de casal e perceberam maior apoio social da comunidade, do que os futuros pais biológicos (Levy-Shiff et al., 1991).

Muñoz, Rebollo, Fernandez-Molina, e Morán (2007) investigaram as dinâmicas parentais na adoção, verificando que são pais mais afetivos, comunicativos, indutivos e menos críticos e indulgentes, comparativamente aos pais não adotivos. Outros autores referem que os pais adotivos mantêm um adequado grau de controlo sobre o comportamento dos filhos (Palacios & Sánchez-Sandoval, 1996). Existem diversas maneiras de referir esta dinâmica, mas o foco principal define-se no estilo de educação parental, dependendo de como cada família combina, por um lado as dimensões de afetividade e comunicação, e por outro, a disciplina e o controlo (Palacios, 2001).

Outro estudo (Hoopes 1982 *cit in* Ferreira da Silva, 2009) com pais biológicos e adotivos identifica nos pais biológicos maiores níveis de irritabilidade para com as crianças,

menos afetividade, maior autonomia e maior supressão de expressão de afetos, comparativamente aos pais adotivos. Foram ainda encontrados maiores níveis de dependência e afeto para com as crianças nos pais adotivos, e quanto às práticas educativas, estes apresentam uma menor tendência em admitir dificuldades na educação dos filhos.

Audet e Le Mare (2010) verificaram que uma parentalidade mais autoritária com crianças com menos de cinco meses de privação estava associada a mais problemas de atenção; por outro lado, em crianças com mais de 47 meses de privação, uma parentalidade mais autoritária estava associada a menor desatenção. Segundo os autores, este resultado mostra que as crianças adotadas que estiveram expostas a mais tempo de privação precisam de um estilo parental mais estruturado, do que as crianças adotadas que não tiveram privação ou crianças não adotadas.

Por fim, refira-se que uma das maiores dificuldades da transição à parentalidade adotiva, quando comparada com a parentalidade convencional, é o facto de estes pais não terem modelos de referência (Palacios, 2010). Nestas situações, o apoio mútuo entre o casal (quando aplicável), a relação com outros adotantes, a procura ativa de informação e a procura de apoio por parte dos profissionais da adoção, pode ser uma grande ajuda (Palacios, 2010).

Para além das particularidades referidas, a parentalidade adotiva também partilha semelhanças com a parentalidade convencional. Os estudos sobre a parentalidade têm incidido nas relações entre as variáveis parentais, os níveis de realização e as competências das crianças. A parentalidade engloba três componentes: os comportamentos, as cognições e os afetos, que se encontram intrinsecamente unidas (Cruz, 2013) e que serão aqui abordados.

## 2.1. Comportamento disciplinar

O comportamento disciplinar é a resposta parental ao comportamento socialmente inadequado da criança. O termo disciplinar, neste contexto, não significa obrigatoriamente uma ação negativa. Verificam-se três técnicas relativamente ao comportamento parental: as técnicas punitivas (de afirmação do poder e de retirada do afeto) e as técnicas indutivas (de raciocínio ou explicação) (Cruz, 2013).

A afirmação do poder envolve a aplicação direta de uma ameaça de punição ou uma punição efetiva (física ou não física). Perante a criança, os pais têm o poder de decidir quando devem, ou não, recompensá-la, e como devem fazê-lo. Perante uma exigência realizada pelos pais, a criança, ao verificar que não é imposta nenhuma explicação, cede às regras impostas por estes de maneira a evitar a punição. Os comportamentos tais como a desaprovação, o ignorar e o desinteresse são considerados como técnicas de retirada do afeto, porque vão reforçar a necessidade da criança se aproximar dos pais, de forma a restabelecer a relação

afetiva (Cruz, 2013). Por fim, as técnicas indutivas passam por ajudar a criança a entender o porquê de esta necessitar de cumprir as regras impostas pelos pais. Estas técnicas facilitam na alternância voluntária do comportamento da criança porque, através destas estratégias, os pais procuram comunicar com ela, para que aceite a alteração do comportamento, focalizando a sua atenção para as consequências dos seus atos (Hoffman, 1975).

Os comportamentos disciplinares são complexos, identificando-se três componentes: a cognitiva, a afetiva e a motivacional, e podem ser empregues de uma maneira alternada ou em simultâneo. Vários estudos demonstram que os pais ao utilizarem estas técnicas em simultâneo indicam o carácter adaptativo do seu comportamento parental e aprendem a alterar as suas estratégias, tendo em atenção a resposta da criança perante estas (Cruz, 2013).

A idade e o sexo da criança têm impacto nas práticas disciplinares parentais (Roberts, Block, & Block, 1984). Cruz (2013) identifica nos pais metas educativas diferentes para os rapazes e raparigas. Nas raparigas, os pais procuram que sejam mais carinhosas, obedientes, simpáticas, altruístas e atraentes, contrariamente aos rapazes, onde exercem mais pressão ao nível da realização, competição, independência, responsabilidade pessoal e controlo das expressões de afeto. Visto desta perspectiva, os pais dão maior liberdade aos rapazes, encorajando-os para todas as situações, enquanto as raparigas são desencorajadas, sendo mais protegidas, acabando por restringir os seus tipos de vivências sociais, culturais ou relacionais (Cruz, 2013). Outro estudo apresenta resultados, diferenciando o comportamento materno e o paterno. Mulhern e Passman (1981) concluíram que as mães aplicam mais práticas disciplinares nos rapazes dos que nas raparigas, contrariamente aos pais, que punem mais as meninas dos que os meninos. Porém, são as mães que obtêm mais sucesso.

Comparativamente às famílias convencionais, no que diz respeito aos comportamentos parentais, as famílias adotivas diferem. As crianças adotadas já têm um passado, mais ou menos prolongado, quando chegam à família, trazendo com elas regras e comportamentos de socialização enraizados, que influenciam as práticas parentais. Talvez, por isso, Hamilton, Cheng, e Powell (2007), tenham verificado que existe um maior investimento parental em famílias adotivas, quando comparadas com não adotivas. Verificou-se, no estudo desenvolvido por Cardoso (2008), que os pais adotivos recorrem com mais frequência, contrariamente aos pais não adotivos, a estratégias disciplinares indutivas racionais e emocionais e com menos frequência a estratégias punitivas de afirmação de poder e de retirada de afeto. A autora justifica estes resultados pelo facto das crianças adotadas se encontrarem há pouco tempo integradas nas famílias e pelo facto de o processo de adoção, de que as famílias foram alvo poder ter provocado uma maior reflexão e discussão sobre os modelos educativos mais adequados na relação com criança. Num estudo com famílias

adotivas, Barbosa (2010)<sup>1</sup> também verificou que as estratégias mais utilizadas são as estratégias indutivas racionais.

Apesar dos adotantes sentirem o seu desejo de parentalidade realizado, porque começam a exercer as suas funções de pais, acabam por se centrar mais na relação com a criança através do desenvolvimento afetivo. Inicialmente, os pais procuram não lhe demonstrar a figura autoritária que deveriam ser, podendo dificultar o estabelecimento de regras com a criança (Alarcão, 2000).

## 2.2. Emoções parentais

Tal como refere Cruz (2013, p.153) “É interessante a ideia de que as emoções parentais funcionam como uma espécie de barómetro, refletindo a qualidade do ambiente familiar”. O envolvimento físico e emocional que se funde na relação entre o cuidador e a criança determina o desenvolvimento saudável desta, sendo o cuidador a base segura da criança, para exploração do meio (Bowlby, 1982). O vínculo afetivo denomina-se como um dos pilares de desenvolvimento, essencial para o funcionamento estável da criança no decorrer de todo o seu processo de desenvolvimento.

As reações emocionais parentais dependem da forma como os pais avaliam os comportamentos inadequados das crianças e o contexto em que estes ocorrem (Dix, 1991 *cit in* Cruz, 2013). É provável que, quando as crianças se portam mal, as reações emocionais parentais estejam relacionadas com a interpretação que fazem do comportamento da criança. Estas reações também podem variar em função do tipo de comportamento inadequado da criança e do contexto em que ocorre a interação entre pais e filhos (Cruz, 2013).

Verifica-se que as emoções parentais positivas, estão associadas a um funcionamento psicológico favorável da criança, pelo que as emoções parentais negativas podem exercer uma função adaptativa, à exceção dos contextos onde estas emoções são mais intensas (Bugental & Goodnow, 1998). Em termos sociodemográficos, Musitu e Gutierrez (1990 *cit in* Barbosa, 2010) verificaram que as crianças mais novas percebem os pais como mais afetivos; além disso, observaram diferenças entre pai e mãe no que diz respeito à afetividade com as filhas. Não se verificaram diferenças relativamente aos filhos do sexo masculino.

Relacionando os afetos e as estratégias disciplinares dos pais biológicos alguns estudos apontam que os afetos negativos se associam às estratégias de poder e de retirada de afeto (Mills & Rubin, 1990).

É importante realçar que o vínculo afetivo não se estabelece apenas em famílias biológicas. A criação do vínculo afetivo, em famílias adotivas, apesar de não ser tão linear e

---

<sup>1</sup> À semelhança deste estudo, o estudo de Barbosa (2010) pertence ao projeto IPA (Investigação sobre o Processo de Adoção: Perspetiva de Pais e Filhos), embora agora com um maior número de participantes.

momentâneo, vai-se estabelecendo ao longo da interação entre a figura cuidadora e a criança. Desta forma, o vínculo afetivo tem como principal objetivo proporcionar segurança emocional à criança, através das funções parentais básicas, ou seja, transmitindo-lhe afeto e tendo em atenção as suas necessidades básicas, físicas e psicológicas. Pode-se concluir que “melhor pai ou mãe nem sempre é aquele que biologicamente ocupa tal lugar, mas a pessoa que exerce tal função, substituindo o vínculo biológico pelo afetivo” (Gama, 2003, p. 482-483).

Internacionalmente, Glover, Mullineaux, Deater-Deckard, e Petrill (2010) analisaram diferenças de género nos sentimentos dos pais e as perceções destes acerca dos problemas comportamentais e emocionais das crianças, em díades pai/mãe-criança adotadas e pai/mãe crianças não adotadas (dentro da mesma família). Os pais reportam mais emoções negativas e menos emoções positivas, bem como altos níveis de problemas de comportamento na criança adotada, quando comparada com a criança filha biológica. Os pais e as mães não diferem entre eles quer na emocionalidade negativa, quer na positiva. Os autores concluem que os processos emocionais na relação pai-criança e mãe-criança não diferem.

Nacionalmente, Barbosa (2010) apresenta resultados referente às emoções parentais em pais adotivos, referindo que o investimento afetivo dos pais e os sentimentos evocados na relação são caracterizados como positivos na avaliação que fazem dos sentimentos e da perceção que têm da relação com as crianças.

No estudo desenvolvido por Cardoso (2008), relativamente à dimensão afetiva, comparando famílias biológicas e famílias adotivas portuguesas, verificou-se que os pais biológicos apresentam uma perceção mais negativa do seu relacionamento com os filhos do que os pais adotivos. Segundo a autora, estes resultados podem dever-se ao facto da criança se encontrar inserida há pouco tempo na família adotiva, visto que um dos critérios de seleção da amostra havia sido o facto de as crianças estarem integradas na família há pelo menos seis meses e no máximo há doze meses. Neste curto espaço de tempo, a literatura ressalta o encantamento inicial pelo qual a família passa, de maneira a que poderá funcionar como um amortecedor da perceção de um relacionamento negativo.

### 2.3. Ideias parentais

No exercício da parentalidade não se tem em conta apenas os comportamentos e as emoções parentais, ou seja, é importante conhecer os processos cognitivos que estão relacionados a estes. Assim, estes processos estão associados ao que os pais pensam e sentem sobre os comportamentos desapropriados da criança. De entre estes processos cognitivos é possível distinguir crenças, valores, atitudes e expectativas (Cruz, 2013).

A existência de um pensamento parental varia entre autores: McGillicuddy-DeLisi (1982 *cit in* Cruz, 2013) refere que as argumentações para as ações dos pais alternam entre as afirmações teóricas e os comentários intuitos perante as ideias sobre o desenvolvimento da criança. Outros autores, como Sameroff e Feil (1985 *cit in* Cruz, 2013), mencionam que o pensamento dos pais pode ser mais ou menos diferenciado. Por fim, Bugental e Johnston (2000) distinguem as cognições esquemáticas de cognições relacionadas com acontecimentos.

Desta forma é importante diferenciar os processos cognitivos em termos do seu conteúdo e qualidades, clarificando assim este conceito. A compreensão das qualidades das ideias torna-se importante para compreender os processos cognitivos, apresentando duas implicações: por um lado, a nível da possibilidade de alteração dos conteúdos das ideias e, por outro lado, a nível da força da relação com as formas de agir (Cruz, 2013). O grau de estrutura, adesão, acessibilidade e partilha com outros significados são aspetos importantes na avaliação, tendo a oportunidade de modificar a maneira de pensar, observando-se interligações nas cognições com os processos afetivos e motivacionais. Desta forma, diferentes sujeitos poderão ter o mesmo pensamento, mas com diferenças no grau de consciência, de maneira que poderão resultar diferentes formas de ação educativa (Cruz, 2013).

As cognições parentais sofrem influência da idade e do sexo da criança. Quanto ao sexo, Mills e Rubin (1992 *cit in* Cruz, 2013), num estudo longitudinal com mães com filhos aos 4 anos e 6 anos de idade, verificaram que, à medida que a criança cresce, as crenças das mães mudam significativamente. Estas acreditam mais no papel da aprendizagem na aquisição de competências sociais e tendem a atribuir menos a agressão e o isolamento social a fatores associados com a idade. Além disso, as mães são menos tolerantes com as crianças do sexo feminino, quando estas apresentam um comportamento agressivo, comparativamente às crianças do sexo masculino.

É importante ressaltar que a literatura, no que se refere aos processos cognitivos específicos dos pais adotivos é escassa, porém já se começam a destacar as ideias destes pais.

Segundo Barbosa (2010) a parentalidade adotiva implica uma maior determinação no ato de ser pai, uma vez que as perceções e expectativas quanto à parentalidade são mais positivas e existe uma maior facilidade de adaptação.

Inicialmente, as famílias passam por uma fase de encantamento, visto que todos estes protagonistas se encontram iludidos pelas suas fantasias. Assim, após este período, o encantamento e a admiração que ambas as partes criaram, acaba por se desvanecer com o passar do tempo. Desta forma, cabe aos adotados saberem lidar com todas as situações do

quotidiano, sendo estes momentos mais difíceis que permitem o desenvolvimento de afetos e vínculos familiares positivos (Levinzon, 2004).

Solomon e Poirier (2006) estudaram os estilos e atribuições parentais em pais adotivos e biológicos com crianças no segundo estágio de desenvolvimento de Eriksson (autonomia vs vergonha/dúvida). Segundo os autores, os pais normalmente percebem a propensão da criança, nesta fase, para dizer “não, não faço”, como uma atitude puramente desafiadora de autoridade parental e, conseqüentemente, reagem de forma muito negativa, dando lugar a sérios conflitos pais-filhos. Os autores colocam a hipótese de que a forma como os pais adotivos lidam com a fase dos “nãos” é possivelmente preditora de algumas dificuldades das crianças adotadas, concluindo que os pais adotivos, contrariamente aos pais biológicos, se identificam como mais positivos relativamente às suas expectativas, incluindo atribuições mais positivas sobre os comportamentos das crianças (Solomon & Poirier, 2006). Já Brodzinsky e Huffman, em 1988, referiram que as experiências, as expectativas e as atribuições dos pais adotivos, nas fases iniciais do ciclo de vida da família, são cruciais ao aparecimento de problemas futuros de ajustamento.

No estudo de Barbosa (2010) as ideias dos pais sobre o tipo de disciplina, expressão emocional e comunicação são avaliadas positivamente: os pais consideram que a expressão emocional e a comunicação são altas e a disciplina ativa baixa. Além disso, a autora verificou uma relação entre a escolaridade dos pais e as ideias relativamente à disciplina ativa e comunicação aberta.

### **3. Famílias convencionais vs famílias adotivas: semelhanças e diferenças**

De acordo com Rodrigo e Palacios (2001), a família é a união de pessoas que partilham um projeto vital de existência comum, que se pretende duradouro, no âmbito da qual se geram fortes sentimentos de pertença ao grupo, existindo um compromisso pessoal entre os membros, e onde se estabelecem relações de profunda intimidade, de reciprocidade e de dependência. A família tem como propósito final assegurar o bem-estar e o desenvolvimento dos seus membros (Abreu-Lima, 2005). Desta forma, possui diversas funções, interligadas entre si, que permitem orientar as suas ações. São identificadas como funções da família, a manutenção da vida e da saúde física, a estimulação, o apoio socio-emocional, a organização e controlo dos estímulos no tempo e no espaço, a supervisão e, por fim, a integração social, na medida em que os pais decidem os contextos extrafamiliares que os filhos irão frequentar (Bradley 2006 *cit in* Cruz & Lima, 2012). Para além das funções apresentadas, existem critérios que definem a família: metas, motivações, sentimentos, características e qualidade de vida familiar (Rodrigo & Palacios, 2001).

A família convencional não é, por isso, um objeto de estudo simples; pelo contrário, é um constructo bastante complexo, com uma forte dimensão cultural que leva a que exista diferentes maneiras de ser família (Abreu-Lima, 2005; Paiva, 2004). Deparamo-nos assim, com famílias capazes de gerar filhos, mas inaptas de os criarem, dando a possibilidade às famílias incapazes de os procriarem, de cuidar e educar (Schettini, 1999), através da adoção.

Por conseguinte, falar de adoção implica falar de família. Tal como refere Palacios (2010) uma família adotiva é antes de mais uma família, e por isso grande parte do que acontece numa família adotiva não tem explicações muito diferentes das que podem ser dadas acerca de outra configuração familiar. O conceito de família não pode ser definido só em termos biológicos, uma vez que o elo biológico é uma componente básica, mas não a única coisa que a define.

As tarefas parentais que as famílias adotivas experienciam são similares às das famílias não adotivas. Porém surgem temas com que os pais adotivos se confrontam, que os pais não adotivos não têm de enfrentar, quando a criança é inserida na família (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

Kirk (1964 *cit in* Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005), num estudo clássico, estudou o ajustamento das famílias adotivas, analisando uma dimensão da família adotiva que denominou aceitação-rejeição de diferenças entre famílias adotivas e convencionais. O autor define a atitude de negação das diferenças quando a família adotiva não quer ser reconhecida como diferente de uma família convencional, não atendendo às necessidades específicas destas famílias. Relativamente à aceitação das diferenças, o autor explica que as famílias adotivas aceitam o facto de lidarem com aspetos que as famílias convencionais não lidam como, por exemplo, ao nível da comunicação, terem de comunicar à criança que é adotada. Desta forma, o autor procurou uma relação possível entre a negação e a aceitação das diferenças e o funcionamento da família adotiva, tendo concluído que o reconhecimento das diferenças é mais positivo, e tem um impacto positivo na identidade da família e no ajustamento da criança (Kirk, 1964 *cit in* Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

Mais tarde, Brodzinsky (1990) propõe uma reformulação desta associação considerando que a negação das diferenças nem sempre é um aspeto negativo, tal como a insistência nas diferenças pode ser igualmente fator de tensões familiares. O modelo de negação torna-se adequado nos primeiros anos de vida da criança, porque inicialmente o objetivo dos pais é estabelecer uma relação de vinculação. Porém, com o passar do tempo, deixa de ser o ideal, visto que é importante a família passar a assumir as diferenças, para que exista uma comunicação aberta sobre a adoção no seio familiar, e para que também se explore os sentimentos retraídos sobre esta (Ferreira da Silva, 2009).

No estudo de Palacios e Sánchez-Sandoval (2005), os pais adotivos foram questionados sobre: se a criança adotada tem necessidades que não tem uma criança não adotada; se os pais adotivos tinham preocupações que não tinham os pais não adotivos; e se os pais adotivos precisavam de lidar com problemas específicos da família adotiva. Os autores verificaram que os pais com crianças entre os 7 e os 11 anos de idade percebem menos diferenças na natureza da vida familiar adotiva do que os pais com crianças com mais de 16 anos; que os pais com crianças que foram adotadas mais tarde (e que tem os valores mais altos de problemas de comportamento), apresentam os valores mais altos no reconhecimento das diferenças, o que segundo os autores, poderá querer dizer que há uma certa insistência nas diferenças, que poderão explicar os problemas de comportamento das crianças; e que à medida que o tempo de adoção aumenta, o reconhecimento das diferenças tende a diminuir, o que segundo os autores parece indicar que o reconhecimento das diferenças não é uma dimensão singular, mas sim o resultado da interação de diferentes variáveis relacionadas com a criança e com a própria família, ao longo do tempo (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

Fruto das particularidades das famílias adotivas, estas confrontam-se com várias tarefas ao longo do ciclo vital da família adotiva, acompanhando assim o desenvolvimento da criança. As famílias com crianças em idade pré-escolar devem iniciar o processo de comunicação sobre a adoção. O desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico nesta faixa etária abre caminho para os pais informarem a criança da adoção e da sua ligação a duas famílias (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Os pais deparam-se com questões sobre que informação transmitir e como partilhar essa informação. Por vezes, quando iniciam a comunicação sobre a adoção com a criança, sentem-se inseguros, e tentam abordar o assunto o mais rapidamente possível, como se de um simples recado se tratasse (Soares, 2009), procurando minimizar as diferenças com as famílias não adotivas (Kirk, 1964 *cit in* Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Em idades precoces, as crianças não compreendem ainda a adoção; são capazes de narrar a sua história de vida com os termos introduzidos pelos pais, mas não compreendem completamente os seus significados (Brodzinsky, Singer, & Braff, 1984). Ainda assim, se no seio familiar se verificar afeto e proteção para com a criança, esta entenderá que a adoção não é algo negativo (Brodzinsky, Schechter, Braff, & Singer, 1984).

Nas famílias com crianças em idade escolar, o desenvolvimento do raciocínio, cognição social, resolução de problemas sociais e autorreflexão, permite-lhes prepararem-se para as mudanças que surgem, como o facto de saberem que são adotadas (Brodzinsky, 1990, 1993). Nesta idade, as crianças já são capazes de compreender os conceitos de nascimento e adoção, sendo capazes de perceber que se foram recebidas por uma família, também foram rejeitadas por outra (Brodzinsky, Singer, & Braff, 1984). De acordo com Brodzinsky (1990,

1993) é a experiência de perda que acaba por conduzir a um sentimento de ambivalência sobre ser adotado, bem como o surgimento de problemas de ajustamento na adoção. Esta é uma etapa desafiante para a família.

A adolescência implica uma série de mudanças no desenvolvimento que vai trazer implicações importantes às tarefas das famílias adotivas, nomeadamente o pensamento abstrato, permitindo aos adolescentes compreender a sua situação familiar de uma forma mais complexa (Bronzinsky, Singer, & Braff, 1984). A adolescência é a fase da construção da identidade, sendo necessário que esta tenha presente toda a sua história passada e que integre o seu passado lidando de forma positiva com os sentimentos de perda e rejeição. É também frequente uma busca das origens. Os pais adotivos devem estar conscientes da complexidade desta faixa etária e fornecer aos seus filhos o apoio necessário para lidar com essas tarefas (Bronzinsky, Schechter, et al., 1984).

Como a comunicação é transversal a todas as fases do ciclo vital da família adotiva, Wrobel, Kohler, Grotevant, e McRoy (2004), propõem um modelo de comunicação da adoção na família (FAC – *Family Adoption Communication Model*). O modelo apresenta três fases de comunicação: a primeira proporciona às crianças informações, não solicitadas, sobre a história da adoção; na segunda fase, os pais respondem às curiosidades das crianças; por último, na terceira fase, apesar das crianças adotadas já possuírem um leque de informações, tendem a procurar mais informações para satisfazer a curiosidade. É importante realçar que nem todas as famílias adotivas passam por todas estas fases (Wrobel et al., 2004).

O processo de comunicação na adoção encontra-se presente ao longo do ciclo vital da família, devendo a comunicação ser verdadeira e aberta. Após a revelação inicial, os pais devem continuar a falar sobre a temática com a criança, caracterizando-se como um processo contínuo e gradual, sem esquecer de adequar a informação às capacidades cognitivas e emocionais desta (Soares, 2009). Alguns estudos identificam as mães adotivas como sendo mais ativas na comunicação sobre a adoção com as crianças, enquanto os pais são mais ativos na comunicação, apenas quando a temática da adoção já foi abordada na família (Wrobel, Kohler, Grotevant, & McRoy, 1998). Por vezes, o facto de a família não possuir uma comunicação aberta sobre este assunto, cria dificuldades nas relações interpessoais, no seio familiar. Soares (2009) concluiu no seu estudo que estilos comunicacionais atempados são mais favoráveis ao desenvolvimento dos filhos, bem como a um ambiente familiar caracterizado como mais feliz. Um ambiente de comunicação aberto, construtivo e não defensivo, permite à criança explorar o seu passado, sobre quem é, permitindo o desenvolvimento de uma identidade positiva (Bronzinsky, 2005).

#### 4. Vivência da adoção

Por todas as particularidades da parentalidade adotiva, já referidas ao longo deste trabalho, estudar o *stress* parental torna-se pertinente. Este é um tópico de interesse pois os pais adotivos têm de gerir os constrangimentos diários da parentalidade, tal como todos os pais, e ao mesmo tempo lidar com as tarefas específicas da adoção. Estes pais não têm apenas de lidar com a situação stressante mas também com um tipo de *stress* permanente e estável, que se liga diretamente ao papel da parentalidade adotiva (Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012). As experiências de *stress* não ocorrem apenas na transição para a parentalidade mas também durante os anos que se seguem. Os pais experienciam *stress* no processo de comunicação, na ajuda à criança a lidar com as perdas relacionadas com a adoção, na ajuda à criança a resolver as questões relacionadas com a identidade adotiva e nas questões relacionadas com a vinculação (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

Sánchez-Sandoval e Palacios (2012) fizeram uma revisão dos estudos sobre *stress* parental na adoção, tendo identificado três características principais: (a) muitos estudos centram-se no primeiro ano da adoção (a maioria reporta baixo níveis de *stress* nas famílias, comparativamente aos pais não adotivos, sendo colocado como hipótese que os pais se encontram ainda na chamada fase da “lua de mel”, aparecendo as dificuldades mais tarde); (b) centram-se essencialmente em adoções especiais (a maioria destes estudos mostram uma clara associação entre os problemas comportamentais da criança e o *stress* parental); (c) os estudos empíricos são com pais de crianças e não com pais de adolescentes (desconhece-se se o *stress* experienciado pelos pais de adolescentes é similar, ou não, ao experienciados por pais adotivos de crianças ou pais de adolescentes não adotados).

No estudo destes autores (Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012) foram identificados cinco preditores do *stress* parental das mães adotivas: a adoção de irmãos, o afeto e a comunicação, a utilização de práticas parentais indutivas, a aceitação/rejeição das diferenças e a procura de ajuda profissional. O nível de *stress* é maior em adoções de irmãos; é maior quando as mães obtêm *scores* baixos no afeto-comunicação e na indução; quando insistem nas diferenças; e quando solicitaram ajuda aos profissionais de adoção. Observam-se ainda maiores valores de *stress* parental, quanto mais velha era a criança e quanto maior a história de abuso e institucionalização (Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012). Não se verificaram diferenças em função da escolaridade dos pais (Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012). Os autores concluem que o *stress* não implica necessariamente problemas, mau ajustamento ou

perturbações; o *stress* assume uma função curvilínea, tendo um papel positivo até ao ponto em que começa a ser problemático (Sánchez-Sandoval & Palacios, 2012).

Os mesmos autores num estudo longitudinal anterior (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005) não tinham encontrado diferenças no nível de *stress* das mães em função da idade da adoção, da adoção ou não de irmãos e das experiências prévias de abuso e institucionalização. No entanto, verificaram que o *stress* aumenta significativamente quando lidam com rapazes, crianças com necessidades especiais e crianças mais velhas. O *stress* também é maior quando já existia uma relação prévia entre a criança e a família, bem como em mães com pouca escolaridade. A experiência de *stress* também estava relacionada com os estilos parentais das mães: mães caracterizadas por um estilo afetivo e de comunicação reportaram menos *stress*, enquanto as mães que reconhecem mais abertamente as diferenças experienciam mais *stress* (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

Mainemer, Gilman e Ames (1998) avaliaram o *stress* em pais que adotaram crianças romenas e compararam-nas com um grupo de pais biológicos. Não encontraram diferenças entre os pais biológicos e os pais de crianças que tiveram um curto período de institucionalização, mas encontraram diferenças entre estes e os que tiveram um longo período de institucionalização. Os autores concluíram que a adoção por si só não é um fator de *stress* mas existem circunstâncias (como a longa institucionalização da criança) que podem colocar os pais adotivos em maior *stress*.

Viana e Welsh (2010) mostraram ainda que as expectativas familiares antes da adoção, estavam diretamente relacionadas com o *stress* parental pós-adoção.

Se o *stress* parental pode levar ao insucesso da adoção, por outro lado a satisfação com a adoção pode ser um importante indicador do sucesso da adoção, embora não seja uma das medidas mais utilizadas da investigação (Sánchez-Sandoval, 2011). Numa revisão realizada por Sánchez-Sandoval (2011) verifica-se que as famílias estão no geral satisfeitas com a adoção, estando o sexo da criança, a idade da adoção, as experiências prévias da adoção e os problemas de desenvolvimento desta associados à satisfação com a adoção. Neste estudo longitudinal as famílias mostraram elevada satisfação com a adoção em ambos os momentos do estudo, tendo os autores identificado que no segundo momento a idade de chegada da criança, a adoção de irmãos, os maus tratos prévios sofridos, a existência de uma relação prévia com a criança, o nível de escolaridade dos pais, o afeto e comunicação das mães, a obediência, a implicação afetiva e os problemas de comportamento, eram preditores da satisfação familiar (Sánchez-Sandoval, 2011).

Segundo Mainemer et al. (1998) o impacto da adoção nas famílias correlaciona-se negativamente com o nível de escolaridade, ou seja, quanto maior a escolaridade dos pais

menos estes consideram a adoção fácil e menos satisfeitos se encontram. A satisfação das famílias com a adoção é também afetada pelo ajustamento das crianças, sendo que quando maior a manifestação de problemas nas crianças, mais negativo é o impacto da adoção, na família (Castle et al., 2009). A avaliação negativa da adoção não está associada à idade com que a criança foi integrada, mas sim com o aparecimento mais tarde, de problemas na criança (Castle et al., 2009).

Estes estudos mostram que no geral as famílias adotivas estão satisfeitas com a adoção não sendo esta satisfação indiscriminada, mas está relacionada com as características prévias da criança e com a própria dinâmica familiar.

### **Questão de investigação**

Este enquadramento teórico permitiu sistematizar as semelhanças e as diferenças da parentalidade adotiva e da parentalidade convencional. Porém, centrou-se mais nas questões que se incidem na parentalidade adotiva, procurando destacar as suas dimensões e particularidades, bem como a satisfação e o *stress* evidenciado pelas famílias que adotaram. A revisão da literatura feita evidenciou que a vivência da parentalidade em função da própria vivência da adoção tem sido pouco explorada. É neste sentido que surge o presente estudo que apresenta como principal objetivo explorar a existência de uma relação entre o processo e a vivência específica da adoção e a parentalidade, na perspetiva dos pais.

**Capítulo II**  
Parentalidade na adoção  
Estudo empírico

## 1. Método

### 1.1. Objetivos de Estudo

O principal objetivo deste estudo é explorar a existência, ou não, de uma relação entre a vivência da adoção (processo específico das famílias adotivas) e o exercício da parentalidade (comum a todas as famílias), subdividindo-se este principal objetivo em objetivos específicos:

- a. Explorar o processo de adoção e a vivência da adoção na perspectiva dos pais adotivos;
- b. Explorar as várias dimensões da parentalidade adotiva, na perspectiva dos pais adotivos;
- c. Analisar as relações entre a parentalidade e a vivência da adoção;
- d. Explorar o impacto/relação de variáveis relativas à criança (sexo, tempo de permanência na família biológica, tempo de acolhimento, tipo de acolhimento, idade de adoção e idade atual) na parentalidade adotiva e na vivência da adoção;
- e. Explorar o efeito de interação entre a idade de adoção e a idade atual da criança na explicação das dimensões da parentalidade e da vivência da adoção;
- f. Explorar o impacto/relação de variáveis relativas aos pais (sexo, idade e escolaridade) na parentalidade adotiva e na vivência da adoção.

### 1.2. Participantes

Participaram neste estudo 125 figuras parentais adotivas, sendo 114 pertencentes a famílias biparentais e 11 a famílias monoparentais, residentes nos distritos de Porto e Vila Real. Trinta (24%) eram do sexo masculino e 95 (76%) do sexo feminino, tendo idades compreendidas entre os 31 e 59 anos ( $M = 43.58$ ,  $DP = 5.34$ ). Relativamente à escolaridade têm em média 13.28 anos de estudo ( $DP = 4.59$ ), variando entre um mínimo de quatro anos e um máximo de 22 anos.

Estas famílias adotaram um total de 125 crianças, das quais 76 são rapazes (60.8%) e 49 são raparigas (39.2%), com uma idade média, no momento em que foram adotadas, de 3.45 anos ( $DP = 2.42$ ), variando entre 0 e os 12 anos. No momento da entrevista aos pais, as crianças tinham entre 3 e 15 anos de idade ( $M = 8.02$ ,  $DP = 2.98$ ) e encontravam-se adotadas há 4.58 anos, em média, ( $DP = 2.42$ ), havendo crianças que só estavam há meio ano na família e crianças que estavam adotadas há 12.5 anos. Estas crianças estiveram, em média, 13 meses na família biológica ( $DP = 19.54$ ), algumas com nenhuma experiência com esta e outras com 102 meses (8.5 anos) de convivência; e 28.42 meses, em média ( $DP = 19.95$ ), em acolhimento (mínimo de 0 meses e máximo de 106 meses), sendo que 94 (75.2%) estiveram em acolhimento institucional e 31 (24.8%) em acolhimento familiar.

A Tabela 1 apresenta a distribuição, em classes, da amostra, em função da idade atual da criança; a Tabela 2 em função da idade de adoção; e a Tabela 3 apresenta o cruzamento destas duas variáveis.

Tabela 1

*Distribuição em Classes da Amostra em Função da Idade Atual da Criança*

	< 6 anos	6 - 9 anos	10 – 15 anos	Total
Masculino	23	31	22	76
Feminino	11	21	17	49
Total	34	52	39	125

Tabela 2

*Distribuição em Classes da Amostra em Função da Idade da Criança Aquando da Adoção*

	< 2 anos	2 – 5 anos	≥ 6 anos	Total
Masculino	27	40	9	76
Feminino	19	20	10	49
Total	46	60	19	125

Tabela 3

*Cruzamento (Crosstabs) entre a Idade Atual da Criança e a Idade de Adoção*

Idade Atual	Idade de Adoção			Total
	< 2 anos	2 – 5 anos	≥ 6 anos	
< 6 anos	20	14	0	34
6 – 9 anos	19	30	3	52
10 – 15 anos	7	16	16	39
Total	46	60	19	125

### 1.3 Instrumentos

Os dados foram recolhidos através de dois instrumentos: Questionário sobre a Parentalidade para Pais (QPP, Barbosa-Ducharne, Soares, Barbosa, Silva, & Cardoso, 2011) e a Entrevista sobre o Processo de Adoção (EPA-Portuguesa, Barbosa-Ducharne, Moreira, Ferreira da Silva, Monteiro, & Soares, 2013).

O QPP resulta da combinação de três questionários: o Inventário de Estratégias Disciplinares (IED), o Questionário sobre Ideias e Comportamentos Parentais (QICP) e o Questionário sobre Afetos Parentais (QAP).

O IED é uma adaptação do questionário *Discipline Interview* de Deater-Deackard (2006 *cit in* Barbosa-Ducharne et al., 2011) por Santos Silva (2008 *cit in* Barbosa-Ducharne et

al., 2011). Este questionário avalia as estratégias disciplinares que os pais mais utilizam, e encontra-se subdivido em quatro dimensões: Estratégias Punitivas de Afirmação de Poder (seis itens), Estratégias Indutivas Racionais (três itens), Estratégias Punitivas de Retirada de Afeto (três itens) e Estratégias Indutivas Emocionais (três itens)<sup>2</sup>. É um instrumento de resposta tipo *Likert* numa escala de 5 pontos que vai desde *Quase Nunca/Nunca* até *Quase sempre/Sempre* e tendo também uma questão de resposta aberta ‘Por favor, pense nas vezes em que o(a) \_\_\_ se portou mal, tais como desobedecer, não seguir as regras (como por exemplo, a hora de ir dormir) ou andar à “bulha” com outras crianças ou com o(s) irmão(s). O que costuma fazer nestas situações?’ (Barbosa-Ducharne et al., 2011).

O QICP é uma adaptação de um instrumento da autoria de Palacios (1995 *cit in* Barbosa-Ducharne et al., 2011): a Escala de Avaliação de Estilos Educativos (Q4E), adaptada por Ferreira da Silva (2009). O QICP está agrupado em três subescalas: Comunicação (sete itens), Disciplina Ativa (sete itens) e Expressão Emocional (seis itens). É um instrumento de respostas tipo *Likert*, constituído por 20 itens, de 4 pontos que vão desde o *Discordo Totalmente* ao *Concordo Totalmente* (Barbosa-Ducharne et al., 2011).

O QAP é uma adaptação do instrumento *The Parental Affections Questionnaire* (PAQ) de Deater-Deackard (2000 *cit in* Barbosa-Ducharne et al., 2011) por Santos Silva (2008 *cit in* Barbosa-Ducharne et al., 2011). É um questionário subdividido em duas partes: a primeira explora a perceção que os pais têm da relação com os filhos (15 itens para a avaliação da perceção negativa e sete itens para a avaliação da perceção positiva), e a segunda procura avaliar os sentimentos dos pais na relação com os filhos (sete itens para a avaliação de sentimentos negativos e seis itens para a avaliação dos sentimentos positivos)<sup>3</sup>. Em ambas as partes, as respostas são dadas numa escala tipo *Lickert*, sendo que a primeira é uma escala de 5 pontos, de *Totalmente Falso* a *Totalmente Verdadeiro* e a segunda uma escala de 10 pontos, em que um é *Nunca/ Quase Nunca* e 10 é *Sempre/ Quase Sempre* (Barbosa-Ducharne et al., 2011).

A EPA Portuguesa (Barbosa- Ducharne et al., 2009), dirigida aos pais, resulta de uma tradução e adaptação da EPA Espanhola (Palacios, Sánchez-Espinosa, & Sánchez-Sandoval, 1995). A EPA Portuguesa é constituída por 124 perguntas, sendo algumas questões abertas, para que o entrevistado se possa exprimir livremente, como também questões de resposta dicotómica, sim ou não, e ainda questões do tipo *Likert* em escalas de 4 pontos. Esta entrevista aborda diferentes temáticas relacionadas com a adoção, como os motivos e o

---

<sup>2</sup> No âmbito deste estudo as quatro escalas foram computadas em duas escalas apenas, que serão as usadas neste estudo – Estratégias Punitivas e Estratégias Indutivas.

<sup>3</sup> No âmbito deste estudo as quatro escalas foram computadas em duas escalas apenas, que serão as usadas neste estudo – Emocionalidade Positiva e Emocionalidade Negativa.

processo de tomada de decisão, o tempo de espera, a chegada da criança, a adaptação e desenvolvimento, a criança na família, a comunicação sobre a adoção e o futuro e valorização global.

#### 1.4. Procedimento

##### 1.4.1. Procedimento de seleção da amostra

Os participantes deste estudo correspondem às figuras parentais das famílias participantes do Projeto IPA – Investigação sobre o Processo de Adoção: Perspetiva de Pais e Filhos, desenvolvido na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade do Porto (FPCEUP), entre 2009 e 2011. A seleção das famílias foi realizada em função de dois critérios: que a adoção já tivesse sido decretada há pelo menos meio ano (ou seja, a criança estava integrada na família há pelo menos um ano, tendo em conta o período de pré-adoção que é no mínimo de seis meses), e que as crianças tivessem, no momento do estudo, uma idade compreendida entre os 3 e os 15 anos.

Inicialmente foi solicitada a autorização do Instituto da Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP) para a realização deste estudo e pedida, especificamente, a colaboração dos serviços de adoções de Porto e Vila Real. Após a autorização, as técnicas dos serviços realizaram o primeiro contato telefónico às famílias adotivas, pedindo a sua colaboração para a investigação. Desta forma, foi possível criar uma ponte para que, posteriormente, a equipa de investigação estabelecesse um contato direto com as famílias, agendando as entrevistas, e garantindo assim a confidencialidade inicial destas.

##### 1.4.2. Procedimento de recolha de dados

Quanto à recolha de dados, as entrevistas foram realizadas maioritariamente no domicílio dos adotantes (84.8%). Estas entrevistas foram realizadas por investigadoras especializadas na área e mestrandas da FPCEUP, que se encontravam vinculadas ao projeto de investigação IPA, enquanto os questionários foram preenchidos pelos próprios participantes.

Como o projeto IPA envolve a participação de pais e filhos, as entrevistas ocorriam em simultâneo nas famílias, ficando uma entrevistadora com a figura parental e outra com a criança. Estas ocorriam individualmente, em espaços distintos, de maneira a que a recolha de dados acontecesse num ambiente confortável para os participantes e confidencial.

A duração da entrevista oscilou entre os 45 e os 180 minutos ( $M = 95.71$ ,  $DP = 28.51$ ). Antecedente ao início da entrevista, era dada aos participantes uma breve explicação sobre os objetivos da investigação e os temas que iriam ser abordados, assegurando a

confidencialidade de toda a informação que estes fornecessem. Desta forma, era também solicitado que assinassem uma declaração de consentimento informado para participar no estudo, tal como para a participação da criança em causa.

#### 1.4.3. Procedimento de análise dos dados

Os dados recolhidos foram introduzidos numa base de dados sendo analisados quantitativamente através do *IMB SPSS Statistics* versão 21.0 para *Windows*. Relativamente aos procedimentos estatísticos utilizados, estes abrangeram análises de estatística descritiva, medidas de distribuição, frequências, medidas de tendência central e de dispersão, comparação de médias através do teste *t de Student*, análise de variância, bem como associações entre as variáveis através da análise de correlações e análise Qui-Quadrado.

## 2. Resultados

### 2.1. Processo de adoção e vivência da adoção: medidas descritivas

Na análise das respostas dos pais relativamente a algumas variáveis da EPA, que descrevem a vivência do processo de adoção, a opção pela adoção foi uma decisão fácil (60%) ou muito fácil (22.4%) para a maioria dos respondentes (em 17.6% dos casos foi uma decisão difícil ou muito difícil de tomar). Os pais deste estudo esperaram em média 2.9 anos ( $DP = 1.78$ ), sendo o tempo de espera máximo de 8 anos.

Na perspetiva dos pais, a criança adaptou-se bem ou muito bem à nova situação (98.4%), evoluiu bastante positivamente e ao fim de um ano de adoção apresentava um indicador de ajustamento (referente à saúde, desenvolvimento psicológico, relação com os membros da família, relação com as outras crianças e adaptação escolar) de 2.82 ( $DP = 0.31$ ), numa escala de 3 pontos. Atualmente, os pais consideram que a criança se encontra bem ou muito bem ( $M = 3.65$ ,  $DP = 0.42$ ), numa escala de 4 pontos.

A maioria dos pais encontram-se muito satisfeitos com as características da criança (83.2%) e 63.2% destes refere estar igualmente muito satisfeito quanto ao nível de comunicação com a criança. No que diz respeito à avaliação de todo o processo de adoção, a satisfação é relativamente menor: 69.6% descreve-se como bastante ou muito satisfeito com todo o processo, mas 30.4% dos participantes refere que está nada ou pouco satisfeito. Oitenta e sete por cento dos pais encontram-se muito satisfeitos com a sua família. A repercussão da adoção na vida da família foi positiva ou muito positiva para todos os pais; a vida familiar tem sido mais fácil ou muito mais fácil para 61.6% dos participantes (38.4% considera que a vida familiar foi mais difícil ou muito mais difícil) e mais feliz ou muito mais feliz para 98.4%, depois da adoção. Na Tabela 4 encontram-se descritas as variáveis aqui referidas.

Tabela 4

*Medidas Descritivas das Variáveis do Processo e Vivência da Adoção (EPA)*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Min.	Máx.
Facilidade tomada de decisão pela adoção	3.01	0.72	1	4
Tempo de espera em anos	2.99	1.79	0	8
Adaptação da criança à nova situação	3.64	0.59	1	4
Evolução da criança	3.57	0.41	2.20	4
Indicador de ajustamento ao fim de um ano	2.82	0.31	1	3
Estado atual da criança	3.65	0.36	2.50	4
Grau de satisfação atual com as características da criança	3.82	0.40	2	4
Satisfação quanto ao nível de comunicação com criança	3.59	0.58	1	4
Grau de satisfação em relação ao processo de adoção	2.98	0.87	1	4
Grau de satisfação com a sua família	3.87	0.34	3	4
Repercussão da adoção na sua vida	3.78	0.42	3	4
Facilidade da vida familiar como consequência da adoção	2.69	0.63	1	4
Felicidade da vida familiar como consequência da adoção	3.66	0.51	2	4
Semelhança famílias adotivas e famílias tradicionais	3.86	0.47	1	4

Por último, refira-se que as famílias adotivas se caracterizam a si próprias como semelhantes às famílias convencionais apresentando uma percentagem de 86.8% (apenas 3.2% dos pais identifica diferenças entre os dois tipos de famílias). No entanto, 33.6% dos participantes consideram que é mais difícil ser pai/mãe adotivo do que pai/mãe biológico; 51.2% dizem que as crianças adotadas têm necessidades que as crianças não adotadas não têm; e a mesma percentagem (51.5%) considera que estas têm preocupações que as outras crianças não têm.

## 2.2. Dimensões da parentalidade: medidas descritivas

Na análise das respostas dos participantes ao QPP, no que diz respeito à dimensão comportamental, os pais deste estudo apresentam mais frequentemente estratégias indutivas do que estratégias punitivas. No que concerne às emoções, a emocionalidade positiva é muito mais frequente que a emocionalidade negativa. Por fim, no que diz respeito às ideias parentais, os pais apresentam mais frequentemente uma atitude favorável à expressão emocional na família, seguida de uma atitude favorável à comunicação e, menos frequente, uma atitude favorável à disciplina ativa. A Tabela 5 apresenta as medidas descritas destas dimensões da parentalidade.

Tabela 5

*Medidas Descritivas das Variáveis de Parentalidade (QPP)*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Min.	Máx.
Atitude favorável à expressão emocional na família	3.09	0.73	1.00	4.00
Atitude favorável à disciplina ativa	3.03	0.58	1.43	4.00
Atitude favorável à comunicação aberta e fluída	3.06	0.91	1.00	4.00
Estratégias Disciplinares Indutivas	4.19	0.52	2.50	5.00
Estratégias Disciplinares Punitivas	2.80	0.54	1.67	4.17
Emocionalidade Positiva	6.88	0.67	4.21	7.50
Emocionalidade Negativa	2.39	1.02	1.00	5.92

Verificaram-se diferenças entre as médias obtidas nas variáveis relativas à emocionalidade positiva e à emocionalidade negativa,  $t_{(108)} = 31.75$ ,  $p < .001$ , IC a 95% [4.21, 4.77] e entre as variáveis relativas à utilização de estratégias indutivas e à utilização de estratégias dedutivas  $t_{(108)} = 19.07$ ,  $p < .001$ , IC a 95% [1.25, 1.54]. Entre as médias obtidas nas variáveis relativas à comunicação aberta e disciplina ativa, comunicação aberta e expressão emocional e entre disciplina ativa e expressão emocional não se verificam diferenças significativas.

### 2.3. Relações entre parentalidade e vivência da adoção

A fim de estudar de que forma se relaciona a vivência da adoção com a experiência da parentalidade realizaram-se correlações de *Pearson*, cuja matriz é apresentada na Tabela 6.

A partir destas análises verifica-se que a atitude favorável à expressão emocional apenas se correlaciona com a tomada de decisão ( $r = .18$ ,  $p = .049$ ), ou seja, quanto mais fácil foi a decisão pela adoção mais frequentes são as atitudes parentais favoráveis à expressão emocional. Esta ideia apresenta diferenças significativas em função do reconhecimento parental de que as crianças adotadas têm necessidades específicas, em comparação com as crianças não adotadas,  $t_{(93.25)} = 3.84$ ,  $p < .001$ ,  $d = 0.70$ , IC a 95% [0.24, 0.74], sendo que os pais que reconhecem estas necessidades específicas apresentam uma atitude mais favorável à expressão emocional ( $M = 3.32$ ,  $DP = 0.51$ ) do que os pais que não reconhecem ( $M = 2.83$ ,  $DP = 0.85$ ).

Verifica-se ainda que quanto maior é a satisfação parental quanto ao nível de comunicação com a criança, menor é a disciplina ativa exercida pelos pais ( $r = -.20$ ,  $p = .031$ ). Por outro lado, os pais que reconhecem que os filhos adotados têm necessidades que não têm os filhos biológicos apresentam também uma atitude mais favorável à disciplina ativa ( $M =$

3.18,  $DP = 0.40$ ) do que os restantes pais ( $M = 2.87$ ,  $DP = 0.69$ ),  $t_{(91.47)} = 2.96$ ,  $p = .004$ ,  $d = 0.55$ , IC a 95% [0.10, 0.51].

O tempo de espera surge relacionado com uma atitude parental favorável à comunicação aberta e fluída no exercício da parentalidade, após a chegada da criança. Quanto maior foi o tempo de espera, menos os pais apresentam esta atitude favorável a uma comunicação aberta e fluída ( $r = -.22$ ,  $p = .017$ ). A ideia dos pais relativamente a uma atitude favorável à comunicação aberta varia também em função do reconhecimento dos pais de que a parentalidade adotiva acrescenta desafios à parentalidade convencional,  $t_{(114.76)} = 2.96$ ,  $p = .033$ ,  $d = 0.38$ , IC a 95% [0.03, 0.62]; que as crianças adotadas têm necessidades que não têm as crianças não adotadas,  $t_{(98.43)} = 3.22$ ,  $p = .002$ ,  $d = 0.59$ , IC a 95% [0.10, 0.51]; e as crianças adotadas têm preocupações que não têm as crianças não adotadas,  $t_{(120)} = 2.18$ ,  $p = .031$ ,  $d = 0.39$ , IC a 95% [0.03, 0.67].

Tabela 6

*Correlações entre Dimensões da Parentalidade e Variáveis da Vivência da Adoção*

	Dimensões da Parentalidade						
	EE	DA	CA	EI	EP	EMP	EMN
<b>Variáveis de Processo</b>							
Tempo de espera	<i>ns</i>	<i>ns</i>	-.22*	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.19*	<i>ns</i>
Facilidade tomada de decisão	.18*	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	-.24*
<b>Variáveis de Outcome da Criança</b>							
Adaptação da Criança	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.24*	<i>ns</i>
Evolução da Criança	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.32**	-.26**
Índice de ajustamento após 1 ano	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>
Estado Atual	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.41***	-.33***
<b>Variáveis de Satisfação Parental</b>							
Satisfação com características criança	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	-.25**	.52***	-.39***
Satisfação c/ comunicação c/ criança	<i>ns</i>	-.20*	<i>ns</i>	.29**	-.24*	.53***	-.40***
Satisfação com processo adoção	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>
Satisfação com a família	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.41***	-.30**
Repercussão da adoção na vida	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	-.29**	.53***	-.34***
Facilidade vida familiar	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.23*	-.33***	.38***	-.38***
Felicidade vida familiar	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.25*	-.27**	.56***	-.43***
Semelhança família adotiva e família convencional	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	<i>ns</i>	.20*	-.27**

*Nota.* EE = Expressão Emocional; DA = Disciplina ativa; CA = Comunicação aberta; EI = Estratégias Indutivas; EP = Estratégias Punitivas; EMP = Emocionalidade Positiva; EMN = Emocionalidade Negativa; *ns* = não significativo \*  $p < .05$ . \*\*  $p < .01$ . \*\*\*  $p < .001$

A atitude favorável a uma comunicação aberta é maior nos pais que consideram a parentalidade adotiva mais difícil do que a parentalidade convencional ( $M = 3.27$ ,  $DP = 0.65$ ) e que reconhecem necessidades ( $M = 3.31$ ,  $DP = 0.68$ ) e preocupações específicas ( $M = 3.23$ ,  $DP = 0.83$ ) nas crianças adotadas, do que nos pais que não acham a parentalidade adotiva mais difícil ( $M = 2.95$ ,  $DP = 1.00$ ) e não consideram que as crianças adotadas tenham necessidades ( $M = 2.79$ ,  $DP = 1.04$ ) e preocupações específicas ( $M = 2.88$ ,  $DP = 0.95$ ).

A utilização de estratégias indutivas na relação com os filhos correlaciona-se positivamente com variáveis da satisfação parental quanto ao nível de comunicação com a criança ( $r = .29$ ,  $p = .002$ ), quanto à facilidade na vida familiar como consequência da adoção ( $r = .23$ ,  $p = .016$ ) e quanto à felicidade na vida familiar como consequência da adoção ( $r = .25$ ,  $p = .010$ ), pelo que com as restantes não se verificam correlações significativas. Por outro lado, as estratégias punitivas correlacionam-se negativamente com as variáveis da satisfação parental à exceção das variáveis satisfação com o processo de adoção, satisfação com a família e semelhança entre a família adotiva e a família convencional.

A dimensão emocionalidade positiva na relação pais-filhos correlaciona-se positivamente com todas as variáveis de vivência da adoção, à exceção da facilidade na tomada de decisão, índice de ajustamento e satisfação com o processo de adoção. A emocionalidade positiva difere ainda em função do reconhecimento parental da dificuldade acrescida da parentalidade adotiva, quando comparada com a convencional,  $t_{(57.96)} = -2.62$ ,  $p = .011$ ,  $d = 0.56$ , IC a 95% [- 0.66, - 0.09], a emocionalidade positiva é maior nos pais que não consideram que ser pai/mãe adotivo é mais difícil do que ser pai/mãe biológico ( $M = 7.01$ ,  $DP = 0.56$ ), do que nos que consideram esta dificuldade ( $M = 6.63$ ,  $DP = 0.78$ ). Da mesma forma, a emocionalidade negativa correlaciona-se negativamente com todas as variáveis à exceção do tempo de espera, adaptação da criança, índice de ajustamento e satisfação com o processo de adoção, com as quais não se encontraram correlações significativas.

## 2.4. Impacto/relação de variáveis relativas à criança na parentalidade adotiva e na vivência da adoção

### 2.4.1. Sexo da criança

Nas variáveis relativas à vivência da adoção, verificaram-se diferenças significativas em função do sexo da criança. Na adaptação da criança à nova situação,  $t_{(72.19)} = 2.18$ ,  $p = .033$ ,  $d = 0.42$ , IC a 95% [0.02, 0.47], os rapazes, segundo os pais, adaptaram-se melhor ( $M = 3.74$ ,  $DP = 0.44$ ) que as raparigas ( $M = 3.49$ ,  $DP = 0.71$ ). Por outro lado, os pais encontram-se

mais satisfeitos com as características das crianças do sexo feminino ( $M = 3.92$ ,  $DP = 0.28$ ) do que com as crianças do sexo masculino ( $M = 3.76$ ,  $DP = 0.46$ ),  $t_{(122.57)} = -2.36$ ,  $p < .020$ ,  $d = 0.42$ , IC a 95% [-.29, -.03].

Quanto às variáveis da parentalidade, não se encontraram diferenças significativas em função do sexo da criança.

#### 2.4.2. Tempo de permanência na família biológica

Relativamente ao tempo de permanência na família biológica, verificou-se que quanto mais tempo a criança esteve inserida na família biológica, menor foi o tempo de espera dos pais ( $r = -.38$ ,  $p < .001$ ). Ainda em relação à vivência da adoção, as crianças cujos pais consideram ser mais difícil ser pai/mãe adotivo estiveram mais tempo com a família biológica ( $M = 18$ ,  $DP = 20.50$ ) do que as crianças cujos pais não têm esta opinião ( $M = 10.47$ ,  $DP = 18.65$ ),  $t_{(123)} = 2.06$ ,  $p = .041$ ,  $d = 0.38$ , IC a 95% [0.30, 14.76].

O tempo de permanência na família biológica também se correlaciona com as variáveis da parentalidade: quanto mais tempo a criança esteve inserida no seio familiar biológico, mais favorável à comunicação aberta e fluída ( $r = .18$ ,  $p = .049$ ) é a atitude dos pais adotivos.

#### 2.4.3. Tempo de acolhimento

À semelhança da variável anterior realizaram-se correlações entre a variável tempo de acolhimento e as variáveis da vivência da adoção, observando-se que quanto mais tempo a criança esteve em acolhimento, menor o tempo de espera dos pais ( $r = -.24$ ,  $p = .007$ ), menor a evolução da criança ( $r = -.24$ ,  $p = .007$ ), menor o grau de satisfação da comunicação com ela ( $r = -.18$ ,  $p = .047$ ), e menor o grau de satisfação com a família ( $r = -.19$ ,  $p = .031$ ). Além disso, as crianças cujos pais identificam nas crianças adotadas necessidades específicas estiveram mais tempo acolhidas ( $M = 31.83$ ,  $DP = 23.08$ ) do que aquelas cujos pais não identificam estas especificidades ( $M = 24.85$ ,  $DP = 15.41$ ),  $t_{(110.37)} = 2.00$ ,  $p = .048$ ,  $d = 0.36$ , IC a 95% [0.05, 13.90].

Relativamente à parentalidade, observou-se que quanto maior o tempo de acolhimento, menor a emocionalidade positiva ( $r = -.19$ ,  $p = .046$ ).

#### 2.4.4. Tipo de acolhimento

De forma a perceber qual o efeito do tipo de acolhimento da criança, prévio à adoção, na vivência da adoção e no exercício atual da parentalidade, foram realizadas diferenças de médias. Verificou-se que, segundo os pais, a evolução da criança é maior nas crianças que estiveram institucionalizadas ( $M = 3.63$ ,  $DP = 0.40$ ) do que nas crianças que estiveram em

acolhimento familiar ( $M = 3.40$ ,  $DP = 0.40$ ),  $t_{(123)} = 2.77$ ,  $p = .006$ ,  $d = 0.58$ , IC a 95% [0.07, 0.39]. Além disso, a satisfação com a família é maior nas figuras parentais que adotaram crianças com um passado de institucionalização ( $M = 3.92$ ,  $DP = 0.28$ ) do que nas que adotaram crianças que estiveram acolhidas numa família ( $M = 3.74$ ,  $DP = 0.45$ ),  $t_{(38.18)} = 2.04$ ,  $p = .049$ ,  $d = 0.45$ , IC a 95% [0.00, 0.35].

No que diz respeito ao exercício da parentalidade observaram-se diferença entre os dois grupos na disciplina ativa,  $t_{(81.35)} = - 3.21$ ,  $p = .002$ ,  $d = 0.58$ , IC a 95% [- 0.49, - 0.12], e na comunicação aberta e fluída,  $t_{(70.92)} = - 2.04$ ,  $p = .045$ ,  $d = 0.39$ , IC a 95% [- 0.64, - 0.01]. A disciplina ativa e a comunicação são maiores no grupo de pais que adotaram crianças que estiveram em famílias de acolhimento ( $M = 3.26$ ,  $DP = 0.38$ ;  $M = 3.30$ ,  $DP = 0.67$ , respetivamente) do que no grupo de pais que adotaram crianças que estiveram institucionalizadas ( $M = 2.96$ ,  $DP = 0.62$ ;  $M = 2.98$ ,  $DP = 0.96$ , respetivamente).

#### 2.4.5. Idade da criança no momento da adoção

As correlações bivariadas de *Pearson* conduzidas entre a idade da criança no momento da adoção e as variáveis de vivência da adoção, na perspetiva dos pais, evidenciaram relações significativas entre elas. Verificou-se que quanto mais tarde foi adotada a criança, menor foi o tempo de espera dos pais ( $r = -.43$ ,  $p < .001$ ) e menor é o nível de satisfação dos pais quanto à comunicação com a criança ( $r = -.19$ ,  $p = .032$ ) e com a própria família ( $r = -.19$ ,  $p = .037$ ). A idade da adoção correlaciona-se também positivamente com a perceção dos pais do ajustamento da criança, após um ano de adoção ( $r = .18$ ,  $p = .047$ ).

Quando controlado, através de uma correlação parcial, o efeito da idade atual da criança, as relações significativas entre a idade de adoção e o grau de satisfação da comunicação com a criança, bem como com a própria família deixam de se verificar. No que diz respeito à relação entre idade de adoção e tempo de espera esta torna-se ligeiramente mais fraca ( $r = -.20$ ,  $p = .025$ ). Por outro lado, controlando a idade atual, a relação entre a idade de adoção e a perceção parental do índice de ajustamento da criança após um ano na família intensifica-se ligeiramente ( $r = .29$ ,  $p = .001$ ).

Observou-se ainda que os pais que consideram a parentalidade adotiva mais difícil que a convencional adotaram crianças mais velhas ( $M = 4.05$ ,  $DP = 2.27$ ), do que os que não identificam essas dificuldades acrescidas ( $M = 3.15$ ,  $DP = 2.45$ ),  $t_{(123)} = 1.99$ ,  $p = .048$ ,  $d = 0.38$ , IC a 95% [0.01, 1.79].

A idade com que a criança foi adotada também se relaciona com as dimensões da parentalidade, observando-se que quanto mais tarde foi adotada a criança, menor a expressão parental de emocionalidade positiva ( $r = -.21$ ,  $p = .031$ ), mas maiores as atitudes parentais

favoráveis à expressão emocional ( $r = .19, p = .033$ ) e à comunicação aberta ( $r = .19, p = .036$ ). De forma a controlar o possível efeito da idade atual da criança nestas relações encontradas, foi também realizada uma correlação parcial, verificando-se que as relações encontradas deixaram de ser significativas, observando-se, por isso, um possível efeito da idade atual.

Uma vez que, quer a idade de adoção quer a idade atual da criança, eram variáveis contínuas sentiu-se necessidade de organizar estas duas variáveis em classes, cujas descritivas já foram apresentadas. Com o objetivo de perceber melhor em que faixas etárias se observam diferenças no exercício da parentalidade e na vivência da adoção, foram realizadas análises de variância. Refira-se ainda a este respeito que foram previamente analisados os pressupostos de normalidade das variáveis usadas, bem como os pressupostos de homogeneidade das variâncias.

Tal como se pode ver na Tabela 7, as diferenças significativas na variável tempo de espera observam-se entre as crianças adotadas com 6 ou mais anos, com um menor tempo de espera, e os outros dois grupos. No que diz respeito à satisfação com a família, os pais que adotaram crianças com menos de 2 anos estão significativamente mais satisfeitos que os que adotaram crianças  $\geq 6$  anos.

Tabela 7

*Classes Etárias de Adoção e Variáveis da Parentalidade e da Vivência da Adoção – ANOVAs*

	< 2 anos <i>M (DP)</i> <i>(n = 46)</i>	2-5 anos <i>M (DP)</i> <i>(n = 60)</i>	$\geq 6$ anos <i>M (DP)</i> <i>(n = 19)</i>	<i>F</i> <i>(2,122)</i>	<i>p</i>	$\eta^2$
Tempo de espera	3.55(1.56) a	3.11(1.76) a	1.26(1.36) b	13.55	<.001	0.18
Satisfação com a família	3.93(0.25) a <i>(n = 44)</i>	3.88(0.32) a, b <i>(n = 59)</i>	3.68(0.48) b <i>(n = 19)</i>	4 <i>(2,119)</i>	.021	0.06
Disciplina Ativa	2.86(0.67) a	3.14(0.55) b	3.10(0.33) a, b	3.06	.050	0.05
Comunicação aberta	2.77(1.08) a <i>(n = 39)</i>	3.21(0.82) b <i>(n = 52)</i>	3.25(0.48) a, b <i>(n = 18)</i>	3.55 <i>(2,106)</i>	.032	0.06
Emocionalidade positiva	7.05(0.53) a	6.85(0.68) a, b	6.58(0.81) b	3.29	.041	0.06

*Nota:* Letras diferentes representam diferenças intergrupos. De acordo com Cohen (1988):  $\eta^2 \leq 0.05$  – tamanho de efeito pequeno;  $\eta^2 ] 0.05 - 0.25]$  – tamanho do efeito médio  
As diferenças entre grupos foram analisadas através do teste post-hoc Turkey

No exercício da parentalidade, e no que diz respeito às atitudes parentais favoráveis, por um lado à disciplina ativa e por outro lado à comunicação aberta, as diferenças significativas situam-se entre as crianças adotadas com menos de 2 anos e as crianças adotadas na faixa etária seguinte, 2-5 anos. Por último, observa-se que a emocionalidade positiva é significativamente maior nos pais com crianças adotadas com menos de 2 anos, quando comparados com os pais com crianças adotadas com 6 ou mais anos.

#### 2.4.6. Idade atual da criança

À semelhança da variável anterior, foram realizadas correlações bivariadas de *Pearson* entre a idade atual da criança e a vivência da adoção. No que diz respeito às variáveis do processo, observou-se que o tempo de espera dos pais foi tanto maior quanto mais nova é agora a criança ( $r = -.47, p < .001$ ). Uma vez que esta variável se encontrava, tal como vimos anteriormente, também correlacionada com a idade de adoção, foi controlada através de uma correlação parcial, mantendo-se a correlação negativa idade atual-tempo de espera, embora menos forte ( $r = -.29, p < .001$ ).

No que diz respeito às variáveis de *outcome* da criança, na perspetiva dos pais, observaram-se correlações negativas significativas com a idade atual da criança, ao nível da variável evolução da criança ( $r = -.32, p < .001$ ) e do estado atual da criança ( $r = -.28, p = .002$ ). Foram também realizadas correlações parciais, controlando a idade de adoção, mantendo-se a relação significativa nestas duas variáveis, embora no caso da evolução da criança menos intensa ( $r = -.29, p = .001$ ) e no caso do estado atual da criança mais intensa ( $r = -.31, p = .001$ ). Verificou-se ainda que na variável indicador de ajustamento após um ano de adoção, onde não se verificava relação com a idade atual, controlando a idade de adoção, passa a ser significativa ( $r = -.24, p = .007$ ).

Por último, a idade atual correlaciona-se negativa e significativamente com várias variáveis de satisfação parental quanto à adoção: satisfação quanto à comunicação com a criança ( $r = -.27, p = .002$ ), satisfação com a família ( $r = -.34, p < .001$ ), repercussão da adoção na vida ( $r = -.24, p = .008$ ), facilidade na vida familiar como consequência da adoção ( $r = -.23, p = .010$ ) e, por último, perceção de diferenças/semelhanças entre a família adotiva e as famílias tradicionais ( $r = -.19, p = .036$ ). A idade de adoção foi igualmente controlada nestas relações, verificando-se que houve um decréscimo na relação da idade atual com: satisfação quanto à comunicação com a criança ( $r = -.20, p = .025$ ), satisfação com a família ( $r = -.29, p = .001$ ), repercussão da adoção ( $r = -.21, p = .022$ ) e facilidade na vida familiar ( $r = -.16, ns$ ). Por outro lado, o controlo da idade de adoção intensificou a relação entre a idade

atual da criança e a satisfação parental com as características atuais da criança, que antes não se verificou ( $r = -.20, p = .029$ ).

No que diz respeito à relação entre idade atual da criança e dimensões da parentalidade observaram-se correlações positivas na atitude favorável à comunicação aberta e fluída ( $r = .37, p < .001$ ), na atitude favorável à expressão emocional ( $r = .35, p < .001$ ), na atitude favorável à disciplina ativa ( $r = .33, p < .001$ ) e na emocionalidade negativa ( $r = .24, p = .011$ ); e uma correlação negativa na emocionalidade positiva ( $r = -.26, p = .007$ ).

Foram, posteriormente, realizadas correlações parciais, mantendo fixo o efeito da idade de adoção, a fim de controlar o seu efeito na relação entre a idade atual e as dimensões da parentalidade. Controlando a idade de adoção da criança, a relação existente entre a emocionalidade positiva e a idade atual deixa de ser significativa. Por outro lado, a influência nas restantes variáveis é ténue: atitude favorável à expressão emocional ( $r = .31, p = .001$ ), atitude favorável à disciplina ativa ( $r = .33, p = .001$ ), atitude favorável à comunicação aberta e fluída ( $r = .35, p < .001$ ) e a emocionalidade negativa ( $r = .24, p = .013$ ).

Tal como já foi referido anteriormente, foram realizadas análises de variância para avaliar o efeito da idade atual (em classes) na parentalidade e na vivência da adoção, observando-se variabilidade em função da idade de adoção da criança. A Tabela 8 apresenta essas diferenças.

Os pais das crianças mais velhas esperaram menos tempo comparativamente com as classes etárias mais baixas. No que refere à adaptação da criança, as crianças entre os 6-9 anos apresentam níveis mais altos de adaptação, segundos os pais, diferindo significativamente das crianças mais velhas, 10-15 anos. Por outro lado, a evolução da criança foi maior nas crianças com menos de 6 anos, diferindo significativamente das crianças mais velhas, seguidas das crianças com 6-9 anos, que também diferem a este nível das crianças mais velhas. Por fim, no que diz respeito à satisfação parental com a comunicação com a criança e com a própria família, as diferenças significativas encontram-se entre a faixa etária mais baixa (menos de 6 anos) e a faixa etária mais alta (10-15 anos).

No que diz respeito às dimensões da parentalidade, as atitudes parentais favoráveis à expressão emocional, à disciplina ativa e à comunicação diferem significativamente, e com tamanho de efeito médio, em função das classes etárias da criança. A expressão emocional e a disciplina ativa são maiores nas crianças entre os 6 e os 9 anos, seguindo-se dos adolescentes e menores nas crianças com menos de 6 anos. As diferenças significativas, nestas duas variáveis, verificam-se entre os grupos menor de 6 anos e 6-9 anos e entre os grupos menor de 6 anos e 10-15 anos.

Tabela 8

*Classes Etárias da Criança e Variáveis da Parentalidade e da Vivência da Adoção – ANOVAs*

	< 6 anos	6-9 anos	10-15	<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta^2$
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>			
	( <i>n</i> = 34)	( <i>n</i> = 52)	( <i>n</i> = 39)	(2,122)		
Tempo de espera	3.79(1.40) a	3.38(1.71) a	1.78(1.59) b	17.02	<.001	0.22
Adaptação da criança	3.59(0.66) a, b	3.79(0.41) a	3.49(0.64) b	3.39	.037	0.05
Evolução da criança	3.67(0.33) a	3.63(0.42) a	3.41(0.42) b	4.81	.010	0.07
Satisf. comun c/ criança	3.82(0.39) a	3.56(0.70) a, b	3.44(0.50) b	4.39	.014	0.07
Satisfação com a família	3.97(0.17) a	3.90(0.30) a, b	3.74(0.44) b	4.84	.009	0.07
	( <i>n</i> = 33)	( <i>n</i> = 52)	( <i>n</i> = 37)	(2,119)		
Expressão emocional	2.52(0.98) a	3.30(0.49) b	3.29(0.45) b	17.50	<.001	0.23
Disciplina ativa	2.60(0.76) a	3.20(0.44) b	3.18(0.34) b	15.49	<.001	0.21
Comunicação aberta	2.32(1.17) a	3.32(0.66) b	3.34(0.50) b	19.38	<.001	0.25

*Nota:* Letras diferentes representam diferenças intergrupos. De acordo com Cohen (1988):  $\eta^2 \leq 0.05$  – tamanho de efeito pequeno;  $\eta^2 ] 0.05 - 0.25]$  – tamanho do efeito médio  
As diferenças entre grupos foram analisadas através do teste post-hoc Turkey

Na atitude parental favorável à comunicação aberta e fluída as diferenças encontram-se entre os mesmos pares de grupos, embora a comunicação seja mais aberta com os pré-adolescentes e adolescentes, seguindo-se as crianças em idade escolar e, por fim, as crianças de idade pré-escolar.

## 2.5. Efeito de interação entre idade de adoção e idade atual da criança na explicação das dimensões da parentalidade e da vivência da adoção

Foram realizadas ANOVAs fatoriais com o objetivo de estudar não só o efeito, quer da idade de adoção quer da idade atual da criança, mas também a possível interação que cada um dos fatores poderia exercer sobre a resposta da variável dependente (as dimensões da parentalidade e as variáveis de vivência da adoção) ao outro fator. No entanto, o efeito da

idade atual da criança (em classes), sobre cada uma das variáveis dependentes estudadas, não foi influenciado pela idade de adoção (em classes), ou vice-versa.

## 2.6. Impacto/Relação de variáveis relativas aos pais na parentalidade adotiva e na vivência da adoção

### 2.6.1. Sexo da figura parental

Através do teste t de *student* foi avaliado o efeito do sexo da figura parental nas dimensões da parentalidade e nas variáveis da vivência da adoção, tendo-se observado apenas uma associação com a comparação pais adotivos - pais biológicos no que se refere à dificuldade na parentalidade,  $\chi^2_{(1)} = 7.27$ ,  $p = .007$ , sendo que são as mães que tendem a considerar ser mais difícil ser mãe adotiva que mãe biológica.

### 2.6.2. Idade da figura parental

Correlacionando as idades dos pais com as variáveis da vivência da adoção apenas ocorre uma significância na evolução da criança ( $r = -.24$ ,  $p = .007$ ).

Perante as dimensões da parentalidade verifica-se significância com a dimensão atitude favorável à expressão emocional ( $r = .21$ ,  $p = .019$ ), atitude favorável à disciplina ativa ( $r = .21$ ,  $p = .021$ ) e atitude favorável à comunicação ( $r = .21$ ,  $p = .021$ ).

### 2.6.3. Escolaridade da figura parental

Relativamente à escolaridade dos pais, observaram-se correlações negativas significativas com as variáveis da vivência da adoção, na variável do tempo de espera ( $r = -.32$ ,  $p < .001$ ) e na facilidade da vida familiar como consequência da adoção ( $r = -.19$ ,  $p = .030$ ). Além disso verificou-se que os pais que identificam nas crianças adotadas necessidades e preocupações específicas apresentam valores de escolaridade superiores ( $M = 14.27$ ,  $DP = 4.22$ ;  $M = 14.47$ ,  $DP = 4.35$ , respetivamente) aos pais que não identificam essas necessidades e preocupações particulares ( $M = 12.25$ ,  $DP = 4.74$ ;  $M = 12.03$ ,  $DP = 4.52$ , respetivamente),  $t_{(123)} = 2.52$ ,  $p = .013$ ,  $d = 0.54$ , IC a 95% [0.43, 3.61] e  $t_{(123)} = 3.07$ ,  $p = .003$ ,  $d = 0.55$ , IC a 95% [0.87, 4.00], respetivamente.

Quanto às dimensões da parentalidade verificaram-se correlações positivas na atitude favorável à expressão emocional ( $r = .22$ ,  $p = .013$ ) e atitude favorável à comunicação aberta e fluída ( $r = .26$ ,  $p = .003$ ).

### **Capítulo III**

Discussão dos resultados e conclusão

## 1. Discussão dos Resultados

Apresentados os resultados obtidos neste estudo, procede-se agora à discussão destes, tendo em conta os objetivos propostos, e fazendo a ligação com a fundamentação teórica exposta no primeiro capítulo do trabalho.

O principal objetivo deste estudo era ver a existência, ou não, de uma relação entre a vivência da adoção (processo específico das famílias adotivas) e o exercício da parentalidade (comum a todas as famílias). Ao que tudo indica esta relação existe e é significativa, tal como vai ser aqui discutido.

### 1.1. Parentalidade adotiva

Para compreender de que forma as figuras parentais adotivas do presente estudo veem a parentalidade, se comportam e demonstram afeto na relação com os filhos, utilizou-se o questionário de parentalidade para pais.

#### 1.1.1. Comportamentos parentais

No que diz respeito à dimensão comportamental, os pais aplicam mais estratégias indutivas do que punitivas. Estes resultados estão de acordo com estudos portugueses anteriores, uma vez que Barbosa (2010) verificou que as estratégias indutivas são as mais utilizadas, e dentro delas as racionais; e Cardoso (2008) obteve resultados semelhantes quando comparou pais adotivos e não adotivos. Estes resultados podem dever-se ao facto, tal como refere Alarcão (2000), dos pais adotivos não serem tão autoritários, devido à ânsia pelo papel parental, centrando-se mais na dimensão afetiva da parentalidade.

Não se observaram diferenças no exercício desta dimensão da parentalidade em função do sexo da criança, do tempo de permanência na família biológica, do tempo de acolhimento, do tipo de acolhimento, da idade de adoção e da idade atual da criança. No que diz respeito ao sexo, ao contrário do que Cruz (2013) refere acerca da generalidade dos pais, os pais do nosso estudo não apresentam estratégias educativas diferentes para rapazes e raparigas. Além disso, ao contrário do que se podia pensar, um tempo mais ou menos prolongado de experiências na família biológica e experiências de acolhimento, não têm impacto nas práticas parentais, apesar de já existirem regras e comportamentos de socialização enraizados nestas crianças. Roberts et al. (1984) identificaram que a idade da criança também tinha impacto nas práticas disciplinares parentais, contrariamente ao que se verifica no presente estudo.

Da mesma forma verifica-se que quanto ao sexo, idade e nível de escolaridade dos pais, também não se encontram diferenças no exercício desta dimensão parental. Mulhern e

Passman (1981) observaram diferenças de sexo ao nível da aplicação das práticas parentais: as mães são mais punitivas com os rapazes e os pais são mais punitivos com as raparigas, embora sejam as mães que obtém maior sucesso, contrariamente ao que se verificou no presente estudo.

### 1.1.2. Emoções parentais

As famílias do presente estudo apresentam valores mais elevados de emocionalidade positiva do que de emocionalidade negativa, à semelhança de outros estudos. Barbosa (2010) observou um investimento afetivo e sentimentos positivos por parte dos pais adotivos. Além disso, no estudo de Cardoso (2008), relativamente à dimensão afetiva, verificou-se que os pais adotivos apresentaram uma perceção mais positiva da relação com os filhos, comparativamente aos pais biológicos. Segundo a autora, o facto da criança se encontrar há pouco tempo inserida na família, resulta num encantamento inicial, o que poderá funcionar como um amortecedor dos aspetos negativos. Porém, neste estudo, as crianças já se encontravam há algum tempo na família pelo que os resultados apresentados poderão dever-se a outros fatores e não só ao encantamento inicial referido por diversos autores.

Não se verificaram diferenças associadas ao sexo das crianças e ao tempo de permanência nas famílias biológica, em relação à dimensão afetiva. No entanto, verificou-se que a expressão da emocionalidade positiva na relação pais-filhos era tanto maior quanto menor o tempo de acolhimento da criança prévio à adoção. Estes resultados poderão estar associados às poucas experiências vivenciadas pela criança antes da adoção, pelo que quando inseridas na família, os pais são capazes de lidar com a sua história de vida promovendo uma emocionalidade mais positiva para com esta, expressando essencialmente sentimentos positivos; o contrário se passará com crianças que estiveram em acolhimento durante mais tempo. Quanto ao tipo de acolhimento não se verificaram diferenças significativas, observando-se que o facto de uma criança ter estado inserida numa instituição ou numa família, durante o período de acolhimento, não influencia a expressão parental da emocionalidade, quer positiva, quer negativa.

A idade de adoção da criança, bem como a idade atual desta, relacionam-se com a emocionalidade dos pais: quanto maior a idade com que foi adotada, menos se evidencia a emocionalidade positiva dos pais; quanto maior a idade da criança maior a emocionalidade negativa e menor a emocionalidade positiva. Em relação à idade de adoção da criança, a emocionalidade positiva é significativamente maior nos pais com crianças adotadas com menos de 2 anos, quando comparadas com as crianças mais velhas ( $\geq 6$  anos).

O facto da emocionalidade positiva estar associada às crianças adotadas mais novas, poderá acontecer por as crianças mais pequenas tenderem a despertar mais sentimentos positivos no adulto.

Na idade atual, a emocionalidade negativa é em maior grau nas crianças mais velhas, sendo a emocionalidade positiva menor, o que poderá estar associado às maiores exigências que estas crianças impõem. Estes resultados são consonantes com o facto das crianças, ao longo do seu desenvolvimento, apresentarem necessidades específicas, ou seja, crianças mais velhas poderão representar mais desafios. A emocionalidade negativa evocada pelos pais em crianças mais velhas está assim também associada às estratégias de poder e de retirada de afeto (Mills & Rubin, 1990). Este dado tem implicações para a prática, mostrando a necessidade de capacitar os pais para as necessidades específicas da criança, promovendo o desenvolvimento de uma emocionalidade positiva entre os pais e os filhos, ao longo de todo o ciclo de vida.

Relativamente às variáveis dos pais (sexo, idade e escolaridade), não se encontraram diferenças significativas na dimensão afetiva da parentalidade. Os dados do presente estudo vão de acordo com a investigação apresentada por Glover e colaboradores (2010), que também referem não existirem diferenças em ambas as figuras parentais, quer na emocionalidade positiva, como na emocionalidade negativa.

### 1.1.3. Ideias parentais

Os pais, quanto às ideias parentais, apresentam frequentemente uma atitude favorável à expressão emocional na família, atitude favorável à comunicação aberta e fluída. Estes dados seguem a linha do estudo anterior com estas famílias, de Barbosa (2010), confirmando que os pais consideram a expressão emocional e a comunicação altas e a disciplina ativa baixa.

Quanto ao sexo da criança, não se verificaram diferenças, depreendendo-se assim que os pais veem os filhos, rapazes e raparigas, da mesma forma, não os distinguindo nas ideias que têm acerca da parentalidade. Pelo contrário, Mills e Rubin (1992 *cit in* Cruz, 2013) observaram que as mães não toleram determinados comportamentos nas crianças do sexo feminino, comparativamente às crianças do sexo masculino.

Observou-se uma relação significativa entre o tempo de permanência na família biológica e uma atitude favorável à comunicação: quanto maior o tempo de permanência da criança na família biológica, maior a atitude parental favorável à comunicação aberta e fluída. Estes resultados poderão estar associados ao facto de estes pais se mostrarem mais sensíveis às necessidades da criança, em relação a uma comunicação aberta e fluída, devido ao tempo

que estas passaram na família biológica, e, conseqüentemente, às necessidades da criança em comunicar sobre as suas vivências passadas e sobre as suas memórias. Ao fazê-lo, os pais passam à criança a mensagem de um ambiente familiar de abertura onde esta se pode sentir à vontade para falar sobre tudo, e especificamente sobre a adoção. Por outro lado, esta abertura da comunicação com crianças que passaram mais tempo na família biológica pode não resultar de uma atitude ativa dos pais, mas sim de uma maior pro-atividade por parte destas.

Embora não se tenha verificado uma relação entre o tempo de acolhimento e as ideias parentais, observaram-se diferenças em função do tipo de acolhimento – institucional ou familiar. Quer as atitudes favoráveis à comunicação aberta, quer as atitudes favoráveis à disciplina ativa são mais intensas nas famílias com crianças oriundas do acolhimento familiar do que nas famílias com crianças advindas da experiência de institucionalização. Os resultados apresentados sobre a atitude favorável à disciplina ativa poderão estar associados ao facto das famílias de acolhimento não aplicarem tantas regras na criança como nas instituições. Nas instituições portuguesas as crianças tendem a ter regras muito bem definidas; por outro lado, as famílias de acolhimento carecem de preparação para exercerem as funções necessárias enquanto família de acolhimento. Por estas razões, quando a criança é inserida num novo ambiente familiar, poderá existir uma maior necessidade dos pais em exercer a disciplina ativa, com estas crianças, do que com as crianças vindas da instituição. Quanto à atitude favorável à comunicação aberta, coloca-se a hipótese de que os pais poderão ver as crianças que estiveram em acolhimento familiar como menos problemáticas, um vez que já passaram pela experiência de viverem com uma família “estruturada”, mantendo uma comunicação mais aberta.

Os resultados do estudo evidenciaram que quanto maior a idade da criança quando foi adotada, maior era a atitude favorável à expressão emocional e à comunicação aberta e fluída, no seio familiar. Além disso, observaram-se diferenças em função da classe etária. A disciplina ativa é maior entre os 2 e os 5 anos de idade, seguida das crianças com  $\geq 6$  anos, e por fim, nas crianças com menos de 2 anos; a comunicação é maior nas crianças com  $\geq 6$  anos, seguida das crianças entre os 2 e os 5 anos, e por fim, nas crianças mais novas com menos de 2 anos. Identifica-se assim uma atitude parental mais favorável à expressão emocional e comunicação aberta e fluída com crianças adotadas mais velhas. Estes resultados devem-se possivelmente a uma tentativa dos pais em responder às necessidades das crianças que são adotadas mais velhas, e que necessitam de facto de um ambiente familiar onde a expressão emocional e a comunicação aberta sejam frequentes e onde a criança se possa sentir à vontade para expressar as suas emoções, positivas ou negativas, sentindo abertura para falar sobre elas; um ambiente familiar onde a própria criança, que acaba de chegar à família, sinta

abertura e expressão emocional também por parte dos pais, que são sinceros com ela e que são também capazes de lhe mostrar os seus sentimentos. O estabelecimento de uma relação pais-filhos assente numa comunicação aberta e de expressão emocional é um ingrediente essencial para o estabelecimento de relações de vinculação, tanto mais em crianças adotadas mais velhas. É ainda de ressaltar que a disciplina ativa é mais frequente nas crianças adotadas entre os 2-5 anos. A disciplina ativa poderá estar associada às maiores exigências que estas crianças impõem, ou seja, estas poderão trazer consigo enraizados comportamentos e regras de socialização inadequadas, com que os pais devem ser capazes de lidar, recorrendo à disciplina ativa. Este resultado vai de encontro ao estudo de Solomon e Poirier (2006) acerca da “fase dos não’s” (autonomia vs vergonha de Erikson) em que as crianças apresentam comportamentos que são interpretados pelos pais como meramente desafiadores e que levam à imposição da disciplina ativa.

Na idade atual da criança, o que se verificou sobre as ideias parentais é que, quanto maior é a idade, mais se encontra uma maior atitude favorável à expressão emocional, disciplina ativa e comunicação aberta e fluída. A expressão emocional e a disciplina ativa são maiores nas crianças entre os 6-9 anos, seguidas das crianças com 10-15 anos e, por fim, das crianças com menos de 6 anos; a comunicação é maior nas crianças mais velhas, seguidas das crianças com 6-9 anos e, por fim, das crianças mais novas. Contudo, as diferenças significativas são entre as crianças mais novas e as crianças com 6-9 anos, nas três ideias parentais. Estes resultados podem ter a ver com as próprias necessidades desenvolvimentais da criança, sendo que crianças a partir da idade escolar, devido à sua própria maturação, necessitam de um ambiente familiar de maior expressão emocional e comunicação aberta, e, conseqüentemente, como também colocam mais desafios aos pais, de disciplina ativa. Segundo Levinzon, (2004) são os momentos mais difíceis na relação entre pais-crianças que proporcionam o desenvolvimento de afetos e vínculos nestas. Estes resultados poderão ser evidenciados como positivos, uma vez que este incentivo à expressão emocional e à comunicação aberta possivelmente poderão ajudar a criança mais velha a sentir-se integrada na família. Tal como Cruz e Lima (2012) referem, um ambiente familiar harmonioso irá promover o bem-estar, adaptação e desenvolvimento da criança.

Tendo em conta as variáveis dos pais, sexo, idade e escolaridade, verificou-se que não existem diferenças no que diz respeito ao género dos pais, apontando para a consistência da parentalidade exercida pelas figuras parentais que adotaram.

Quanto à idade dos pais, apurou-se que quanto mais velhos forem, maior é a sua atitude favorável à expressão emocional, disciplina ativa e comunicação aberta e fluída. Os resultados apresentados convergem com outros autores (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002;

Levy-Shiff et al., 1991) que identificam as famílias adotivas como mais velhas, com uma maior estabilidade entre o casal, existindo uma maior comunicação entre eles, permitindo desta forma um amadurecimento das ideias que têm relativamente à educação. Por outro lado, a idade dos pais pode ser um fator negativo, na medida em que o *coping* com os desafios e a própria facilidade em lidar com o *stress* é menor, podendo o maior exercício da disciplina ativa, em pais mais velhos, estar associado a este fator.

Relativamente à escolaridade dos pais, verifica-se que quanto mais anos de estudo estes têm, maior é a atitude favorável à expressão emocional e à comunicação aberta e fluída no seio familiar. Estes resultados também foram observados no estudo de Barbosa (2010).

Conclui-se, portanto, que a parentalidade exercida no seio destas famílias se caracteriza por uma emocionalidade positiva, ao invés de uma emocionalidade negativa, pela utilização de estratégias indutivas, ao invés de estratégias punitivas na educação dos filhos e por atitudes favoráveis à expressão emocional e comunicação aberta. Estes resultados vão de acordo com a investigação de Muñoz et al. (2007) que afirma que as famílias adotivas são mais afetivas, comunicativas e indutivas, contrariamente às famílias convencionais. Reforçando ainda estes resultados, Brodzinsky e Pinderhughes (2002) caracterizam a parentalidade adotiva pela flexibilidade, sentido de humor e estratégias de disciplina criativas, retratando assim as estratégias positivas que estas famílias utilizam, para que a parentalidade decorra da melhor forma.

## 1.2. Vivência da adoção

Os dados para compreender a vivência da adoção foram recolhidos através da EPA portuguesa e referem-se a variáveis da vivência do processo; de *outcomes* da criança, na perspetiva dos pais e da satisfação parental com aspetos da criança e da família.

### 1.2.1. Vivência do processo

Relativamente à vivência do processo de adoção foram exploradas duas variáveis: a facilidade da tomada de decisão pela adoção e o tempo de espera. Para a maioria dos pais esta foi uma decisão fácil, mas nem para todos, o que mostra a complexidade desta tomada de decisão, que constitui o primeiro dos desafios dos pais adotivos (Palacios, 2010).

Relativamente ao tempo de espera, os pais deste estudo encontram-se dentro da média nacional - 3 anos de espera. Não se observaram diferenças no tempo de espera dos pais em função do sexo das crianças nem do tipo de acolhimento. Por outro lado, o tempo de espera é tanto menor quanto maior o tempo de experiências da criança na família biológica e em acolhimento e quanto mais velha era a criança na altura da adoção e no momento da entrevista. Uma vez que a pretensão para crianças mais velhas é menor que para as crianças

mais novas, os pais esperam menos tempo pela chegada da criança. Diga-se ainda que o tempo de espera não difere significativamente para crianças adotadas com menos de 2 anos e crianças adotadas entre os 2-5 anos, mas sim entre estas e as crianças adotadas com 6 ou mais anos.

Relativamente às variáveis dos pais - sexo, idade e escolaridade - não se verificam diferenças significativas no sexo e idade destes. As diferenças não significativas ao nível do sexo são compreensíveis, na medida em que a maioria das adoções são adoções de casal. O facto do tempo de espera não se relacionar com a idade dos pais também é interessante pois mostra que os candidatos, mais novos ou mais velhos, estão à partida ao mesmo nível, sendo considerados outros fatores, que não a idade, ao longo da avaliação dos mesmos. No entanto, na escolaridade verifica-se que quanto maior a escolaridade dos pais menor o tempo de espera, que poderá ocorrer porque, possivelmente, os pais com maiores níveis de ensino procuram mais informação sobre a adoção para que se torne numa decisão com base na realidade e não apenas no desejo de serem pais. Assim, estes pais poderão optar por adotar uma criança com idade mais avançada esperando menos tempo para começarem a exercer funções de pais.

#### 1.2.2. Variáveis de *outcome* da criança

A adaptação e a evolução da criança, juntamente com o seu indicador de ajustamento, após um ano de adoção e estado atual constituem as variáveis de *outcome* da criança. No geral, as crianças deste estudo, segundo os seus pais, adaptaram-se bem, evoluíram positivamente, ao fim de um ano apresentavam um ajustamento positivo e encontram-se atualmente bem.

Explorando o impacto do sexo da criança nas variáveis de *outcome* da criança, verificou-se que, segundo as figuras parentais, os rapazes adaptaram-se melhor do que as raparigas. Por apresentarem mais características de isolamento é que as crianças do sexo feminino poderão apresentar mais dificuldades em adaptarem-se a novas situações (Brodzinsky, 1993), tal como se verifica no presente estudo.

Não se verificaram diferenças significativas na relação com o tempo de permanência da criança na família biológica, contrariamente ao tempo de acolhimento. Verifica-se que quanto maior foi o tempo de acolhimento da criança, menor foi a evolução desta. Tal como foi referido na primeira parte deste trabalho, o acolhimento, e a falta de estimulação individualizada que poderá existir durante este período, provocam atrasos ao nível do desenvolvimento social, emocional, comportamental e cognitivo da criança (van Ijzendoorn et al., 2011), e quanto maior for este tempo maiores serão os efeitos negativos, e menor a

capacidade de recuperação, pós-adoção (Palacios et al., 2010). Além disso, observou-se que a evolução era menor em crianças que estiveram em famílias de acolhimento do que nas crianças que estiveram em instituição. Este é um dado importante para a prática do acolhimento em Portugal, visto que, ao contrário do que se poderia pensar, a estimulação das crianças é maior nas instituições do que nas famílias de acolhimento, pelo menos ao nível não afetivo, chamando a atenção para a falta de capacidades das famílias de acolhimento selecionadas em Portugal. A este nível, as famílias de acolhimento beneficiariam de um processo de seleção mais estruturado e baseado na identificação das capacidades para responderem às necessidades específicas destas crianças.

A idade de adoção não tem, neste estudo, impacto ao nível dos resultados das crianças, na perspetiva dos pais. Estes resultados vêm no sentido contrário da meta-análise realizada por van Ijzendoorn e Juffer (2006), que verificaram que adoções realizadas durante o primeiro ano da criança estavam associadas a uma recuperação mais completa, do que adoções tardias.

Entretanto, na idade atual verificou-se que quanto mais velha for a criança, menor é a evolução desta, apresentando também um estado atual menos positivo, de acordo com os pais. A adaptação da criança foi maior nas crianças em idade escolar (6-9 anos), seguida das crianças com menos de 6 anos e, por fim, das crianças entre os 10-15 anos, sendo as diferenças significativas entre os dois primeiros grupos e as crianças com 10-15 anos. A mesma linha se verifica na evolução das crianças, que também foi maior nas crianças em idade escolar (6-9 anos), sendo, contudo, as diferenças significativas apenas entre estas e as crianças com 10-15 anos. Estes resultados, mostrando que são as crianças em idade escolar (no momento da entrevista) que têm maior capacidade de adaptação e evolução, devem ter, com certeza, a ver com a idade em que este grupo foi adotado.

Nas variáveis dos pais não se observaram diferenças ao nível do sexo e da escolaridade. No entanto, a idade dos pais relaciona-se com a evolução da criança, ou seja, quanto maior a idade dos pais, menor a evolução da criança. Estes resultados evidenciam que os pais mais velhos, ao contrário dos pais mais novos, poderão ter mais dificuldade em estimular as crianças, poderão estar menos sensíveis à necessidade desta estimulação e poderão também ter menos recursos para lhes proporcionar determinadas atividades que permitam uma maior estimulação e, conseqüentemente, uma maior evolução. Neste estudo cerca de 46 crianças foram adotadas com menos de 2 anos enquanto apenas 19 com 6 ou mais anos, podendo significar assim que estes pais mais novos também procuraram adotar crianças numa faixa etária mais baixa.

### 1.2.3. Satisfação (com a criança, com a família e com a adoção)

A satisfação com as famílias é constituída por diversas variáveis: satisfação com as características da criança, satisfação com o nível de comunicação com a criança, satisfação com o processo adoção, satisfação com as características da família, repercussão da adoção na vida; facilidade ou dificuldade na vida familiar e felicidade ou infelicidade na vida familiar. No geral, a satisfação é elevada para todas as variáveis, sendo que estão menos satisfeitos com o processo de adoção e uma percentagem ainda significativa considera que a vida se tornou mais difícil após a adoção.

Relativamente ao sexo, observou-se que os pais se encontram mais satisfeitos com as características das crianças do sexo feminino. Estes resultados podem estar associados aos estereótipos da sociedade, uma vez que se identificam as crianças do sexo feminino como crianças mais pacíficas, contrariamente às crianças do sexo masculino.

Embora não se tenha encontrado relação entre as variáveis da satisfação e o tempo de permanência na família biológica, verificou-se que quanto mais tempo a criança esteve em acolhimento, menor foi o grau de satisfação com a comunicação com a criança e com a família. Além disso, observou-se que a satisfação parental com a família é menor nas crianças oriundas da família de acolhimento, mostrando que más experiências de vivência em família (na biológica e depois na de acolhimento) põe em causa a futura integração da criança numa família adotiva e, conseqüentemente, a satisfação com a própria família.

Relativamente à idade de adoção verificou-se que quanto mais velha for adotada a criança, menor é a satisfação dos pais quanto à comunicação com a criança e quanto à própria família, sendo as diferenças significativas entre as crianças que foram adotadas com menos de 2 anos e as que foram adotadas com 6 ou mais anos. Esta associação entre a idade de adoção da criança e o nível de satisfação dos pais com a comunicação com a criança mostra que, apesar dos pais terem uma atitude mais favorável à comunicação aberta com estas crianças, tal como foi visto anteriormente, estes não estão satisfeitos com o nível de comunicação que estabelecem com as mais velhas, daí a percepção da necessidade de uma maior abertura e fluidez na comunicação. Além disso, o impacto da idade de adoção na satisfação familiar deixa bem patente os desafios de uma adoção tardia.

Perante a idade atual da criança, quanto maior a idade desta, menor a satisfação parental quanto à comunicação com ela, menor a satisfação com as características da família e menor a facilidade na vida familiar após a adoção. Por outro lado, menor é a repercussão da adoção na vida familiar. Estes resultados poderão estar associados ao facto dos pais adotivos não estarem preparados para as adversidades que as crianças mais velhas apresentam. Os pais poderão apenas querer acelerar o processo, encurtando o tempo de espera, ignorando as dificuldades com que se poderão debater. Desta forma, a formação aos candidatos e pais é de

extrema importância, capacitando os pais para as necessidades específicas das crianças mais velhas, bem como dando-lhes a conhecer aspectos específicos da vivência da adoção em adoções tardias. Estes resultados vão de encontro ao estudo de Castle e colaboradores (2009), visto que uma avaliação negativa não está associada à idade com que a criança foi integrada, mas sim ao aparecimento tardio de problemas nesta. Estes resultados poderão ainda estar relacionados com as expectativas que os pais criam antes de receberem a criança no seio familiar.

A escolaridade parental encontra-se também relacionada com a facilidade na vida familiar após a adoção, sendo a escolaridade, neste estudo, um fator de risco pois, possivelmente devido a expectativas demasiado altas e irrealistas, os pais com uma escolaridade superior consideram que a vida familiar foi muito mais difícil após a adoção. Estes resultados são congruentes com o estudo de Mainemer et al. (1998) que afirmam que o impacto da adoção nas famílias correlaciona-se negativamente com o nível de escolaridade dos pais, ou seja, quanto maior a escolaridade destes, mais consideram a adoção como difícil e mais se encontram insatisfeitos com ela.

#### 1.2.4. Perceção de diferenças/semelhanças entre família adotiva e família convencional

No que diz respeito a este último ponto verifica-se que apesar da grande maioria dos pais considerar que não existem diferenças entre família adotiva e família convencional, estes acabam por identificar necessidades e preocupações específicas nas crianças adotadas, quando comparadas com as não adotadas, e alguns deles consideram a parentalidade adotiva mais difícil do que a convencional.

Embora não se observem diferenças em relação ao sexo da criança, verifica-se que o tempo de permanência das crianças na família biológica é maior nos pais que consideram a parentalidade adotiva mais difícil, possivelmente devido à dificuldade dos pais em aceitar esta ligação da criança a uma outra família, que poderá ser tanto mais presente quanto mais as experiências da criança com ela; por outro lado, os pais que identificam necessidades específicas nas crianças adotadas têm crianças com um maior tempo de acolhimento, o que mostra o efeito visível do acolhimento na própria criança e no seu desenvolvimento; e os pais que consideram que ser pai/mãe adotivo é mais difícil que ser pai/mãe biológico têm crianças que foram adotadas mais tarde, alertando para os desafios das adoções tardias. Por último, evidencia-se o facto das famílias com crianças mais velhas atribuírem mais diferenças entre famílias adotivas e famílias convencionais. Estes dados são consistentes com os resultados obtidos no estudo de Andaluzia (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005) e mostram uma certa insistência nas diferenças patente nas famílias que adotaram crianças mais velhas.

Por último, as variáveis dos pais parecem ter influência na diferenciação entre famílias adotivas e famílias convencionais: são as mães quem tendem a considerar a parentalidade adotiva mais difícil que a convencional; são os pais com maiores níveis de escolaridade que identificam necessidades e preocupações específicas nas crianças adotadas, quando comparadas com as não adotadas. Por um lado, as diferenças relativamente ao sexo levam-nos a supor que se devem ao facto de serem as mães que vivem a perda da parentalidade biológica de forma mais intensa, por não poderem passar pela experiência de gravidez; por outro lado, as diferenças ao nível da escolaridade mostram que um maior nível de instrução permite uma melhor identificação das necessidades das crianças adotadas, que pode, ou não, converter-se numa melhor resposta, uma vez que a identificação destas necessidades pode ser positiva, caso tenha como objetivo uma melhor resposta parental, ou negativa, caso se baseie num pressuposto de insistência das diferenças.

Em consonância com os dados da parentalidade, os participantes deste estudo encontram-se mais felizes ou muito mais felizes depois da adoção. O facto de estas famílias se caracterizarem como mais felizes poderá estar associado às particularidades das famílias adotivas (Palacios, 2010), ou seja, estes pais antes de poderem exercer a parentalidade passam por várias fases: a infertilidade, processo de avaliação, formação e processo de adaptação. Quando finalmente conseguem adotar uma criança, todas estas fases menos positivas, são desvalorizadas perante os momentos felizes passados com a criança e o facto de terem conseguido concretizar um desejo há muito esperado.

### 1.3. Relação entre a vivência da adoção e a parentalidade

Verificou-se uma relação significativa entre a tomada de decisão para a adoção e as atitudes parentais favoráveis à expressão emocional, sendo que quanto mais fácil é a decisão pela parentalidade adotiva (a primeira fase do processo de adoção, a tomada de decisão) mais frequentes são, posteriormente, no exercício da parentalidade, as atitudes parentais favoráveis à expressão emocional. Este dado confirma que o processo de adoção não se inicia apenas quando os candidatos se inscrevem no serviço de adoções, mas sim muito antes quando a decisão é tomada, tendo estes aspetos precoces influência na posterior atitude parental. Além disso, observa-se que os pais que identificam necessidades específicas nas crianças adotadas têm uma atitude mais favorável à expressão emocional. Sendo a principal necessidade específica das crianças adotadas a comunicação sobre a adoção, estes parecem mais capazes de proporcionar à criança um ambiente familiar onde ela possa exprimir os seus sentimentos sobre ser adotada.

Quanto maior a satisfação parental ao nível da comunicação com a criança, menor é a atitude favorável à disciplina ativa por parte destes. Os resultados apresentados indicam em congruência com Palacios (2001), que refere que quando não existe uma comunicação aberta e fluída, as dificuldades ao nível interpessoal surgem. Deduzindo assim, que quanto mais satisfeitos as figuras parentais se encontrarem com a comunicação, mais fácil será a relação desenvolvida com a criança, não sendo necessário ter uma atitude favorável à disciplina ativa maior. Por outro lado, a disciplina ativa é menor nos pais que não reconhecem necessidades específicas nas crianças adotadas. Mais uma vez este dado mostra que possivelmente este reconhecimento não é positivo, mas sim negativo, pois revela uma insistência nas diferenças por parte dos pais, surgindo nos casos em que existem problemas e onde a disciplina ativa é maior.

Quanto maior foi o tempo de espera, menor é a comunicação aberta e fluída no seio familiar. Ora, como já vimos anteriormente, um maior tempo de espera associa-se a uma baixa idade da criança no momento da adoção. Esta relação entre tempo de espera e menor comunicação aberta resulta da tentativa dos pais em assemelhar o mais possível a parentalidade adotiva à convencional, limitando possivelmente a comunicação, mais concretamente a comunicação sobre a adoção com crianças adotadas mais novas. Verifica-se ainda que a comunicação aberta e fluída é maior nos pais que consideram a parentalidade adotiva mais difícil que a convencional e que identificam necessidades e preocupações específicas nas crianças adotadas, quando comparadas com as crianças não adotadas. Este dado poderia ser interpretado de forma positiva. No entanto, pela análise dos resultados, no seu global, o que se verifica é que esta comunicação maior se centra possivelmente nos problemas, não se sabendo até que ponto é favorável à relação pais-filhos.

As estratégias indutivas aplicadas relacionam-se com uma vida familiar mais fácil e mais feliz, permitindo ainda, uma maior satisfação com a comunicação com a criança. Desta forma, verifica-se que nas famílias onde as estratégias punitivas são mais impostas, a vida familiar é mais difícil e menos feliz. A repercussão da adoção também é menor no seio familiar, tal como o grau de satisfação com as características da criança e a comunicação, quando são aplicadas estratégias punitivas. É de realçar que existe assim um maior investimento ao nível do comportamento parental para que o ambiente familiar seja harmonioso. Contrariamente, quando as estratégias punitivas são exercidas, vários aspetos negativos sobressaem na família.

Não são só as estratégias indutivas que trazem um otimismo à família, a emocionalidade positiva também traz positividade às famílias adotivas, visto que quanto maior a emocionalidade positiva mais feliz e mais fácil é a vida familiar, maior é o grau de

satisfação com a comunicação, características da criança e com a família. A repercussão da adoção também é maior quando a emocionalidade positiva se evidencia no seio familiar, tal como a família identifica mais semelhanças comparativamente à família convencional. Os pais que não consideram a parentalidade adotiva mais difícil expressam também uma maior emocionalidade positiva. Também devido a este otimismo familiar, verifica-se uma melhor adaptação da criança, tal como uma maior evolução desta, demonstrando os pais uma maior satisfação com o estado atual da criança. Estes dados mostram a influência da parentalidade em geral e da parentalidade vivida nas famílias adotivas na própria criança e na sua adaptação à nova família, evidenciando que a parentalidade positiva exercida vai influenciar tanto a criança como a família. Estes resultados vão de acordo com o modelo de necessidade-capacidades de Palacios (2007), ressaltando a formação que os pais adotivos devem ter, para que desta forma seja possível adequarem tanto as estratégias como a emocionalidade à criança. É importante que os pais sejam capazes de responder às necessidades das crianças o mais corretamente, visto que estas são caracterizadas por um passado carregado de aspetos negativos. Estes resultados são coerentes com os resultados apresentados no estudo de Cardoso (2008). Esta verificou que as emoções parentais positivas se associam a um funcionamento psicológico favorável da criança, pelo que as emoções parentais negativas também podem exercer uma função adaptativa, à exceção dos contextos onde estas emoções são mais intensas (Bugental & Goodnow, 1998).

Contudo, o que se verifica no presente estudo, relativamente à emocionalidade negativa, é que esta acarreta sentimentos negativos para o seio familiar, porque quanto maior a emocionalidade negativa mais difícil foi a tomada de decisão de adotar e menos feliz e mais difícil é a vida familiar. O grau de satisfação é menor também quanto ao nível de comunicação e características da criança. Também se evidencia o facto da evolução da criança ser menor num ambiente de emocionalidade negativa.

Estes resultados mostram a importante relação existente entre o exercício da parentalidade e a vivência da adoção. A parentalidade, que se manifesta nas mesmas componentes de uma parentalidade biológica torna-se específica em função da vivência familiar do próprio processo de adoção. A harmonia e o bem-estar existentes na relação pais-filhos constituem o principal motivo para as famílias serem mais felizes (Cruz, 2013). Sánchez-Sandoval e Palacios (2012) afirmam que são necessárias boas condições familiares para um bom desenvolvimento psicológico das crianças, uma vez que os laços de filiações se reestruturam entre ela e a família adotiva.

## 2. Conclusão

O presente trabalho de investigação procurou centrar-se na transição das famílias adotivas para a parentalidade, destacando as suas particularidade e dimensões. Apesar de se identificarem semelhanças, também se verificaram diferenças quando comparadas com as famílias convencionais. As diferenças são acentuadas nas suas particularidades, ou seja, as famílias adotivas iniciam um longo processo até poderem exercer a parentalidade, ao contrário das famílias convencionais. Além disso, as famílias adotivas têm de lidar com o estigma da sociedade em relação à adoção, ainda existente.

Os dados encontrados neste estudo sobre as famílias adotivas portuguesas permitem retirar conclusões que poderão servir de apoio, tanto aos profissionais técnicos dos serviços de adoção, como aos futuros pais adotivos. Isto porque, quanto mais preparados estiverem os técnicos para algumas adversidades, melhor conseguirão transmitir às famílias estratégias positivas para o exercício da parentalidade. Para os futuros pais adotivos, poderá chamar atenção, levando-os a refletir a maneira mais correta com que poderão exercer as funções de pais.

As principais conclusões que se podem retirar deste estudo são:

- a) Relativamente à parentalidade: Estas famílias apresentam uma maior emocionalidade positiva e utilizam mais estratégias indutivas; no exercício da parentalidade, tendo em conta o sexo da criança, os pais mantêm a mesma postura; a parentalidade com crianças adotadas mais velhas e atualmente também mais velhas evidência uma maior expressão emocional, maior abertura na comunicação, maior disciplina ativa, menor emocionalidade positiva, e maior emocionalidade negativa; quanto mais velhos forem os pais maior é a expressão emocional, disciplina ativa e comunicação aberta; a emocionalidade positiva na relação pais-filhos é maior quanto menor o tempo de acolhimento da criança prévio à adoção, sendo que quanto maior o tempo de permanência da criança na família biológica, mais favorável à comunicação aberta e fluída é a atitude parental; finalmente os pais que têm um nível de escolaridade elevado evidenciam uma maior expressão emocional e de comunicação.
- b) A vivência da adoção mostra que para estas famílias, a decisão de adotar foi fácil; as crianças do sexo masculino adaptaram-se melhor do que as crianças do sexo feminino; os pais encontram-se mais satisfeitos com as características das crianças do sexo feminino; o tempo de espera é menor para as crianças mais velhas na altura da adoção e atualmente, tal como quando as crianças estiveram mais tempo com as famílias biológicas e em acolhimento; a evolução da criança, o grau de satisfação da comunicação com a criança e com a família, foi menor quando esta esteve mais tempo em acolhimento; tanto a evolução

da criança como a satisfação com a família eram menores em crianças oriundas da família de acolhimento; os pais que consideram a parentalidade como mais difícil adotaram crianças que permaneceram mais tempo nas famílias biológicas; na idade de adoção, quanto mais velha a criança for adotada menor é a satisfação quanto à comunicação e com a família, evidenciando-se também uma menor evolução nesta; na idade atual, quanto mais velha for, menor a satisfação parental quanto à comunicação com ela, menor a satisfação com as características da família, menor a facilidade na vida familiar após a adoção, e menor é a repercussão da adoção na vida familiar; quanto mais velhos forem os pais, menor a evolução da criança; pais com uma escolaridade superior esperam menos tempo e consideram a vida familiar como mais difícil; por fim, os pais identificam diferenças entre a sua família e as famílias convencionais e encontram-se mais felizes ou muito mais felizes depois da adoção.

Refira-se contudo que estas conclusões apesar de relevantes devem ser lidas com alguma cautela uma vez que a amostra do estudo foi de conveniência. Apenas participaram as famílias que, cumprindo os critérios de seleção, após contacto pelos técnicos dos serviços de adoção se mostraram disponíveis para fazer parte da investigação, não tendo sido calculada a representatividade destas famílias no conjunto das famílias que adotaram nos distritos do Porto e Vila Real, nos mesmos anos.

Para finalizar, salienta-se que os resultados obtidos neste estudo contribuem para o aprofundamento do conhecimento da parentalidade por adoção no contexto português, evidenciando a associação entre a vivência do processo de adoção e o exercício da parentalidade, para além de poderem ser usados como recurso na intervenção em adoção. Estes dados proporcionam oportunidades a pais e técnicos de refletir sobre a realidade da vivência da adoção e da parentalidade adotiva, particularmente relevante quando os pais se encontram a passar pelo processo de avaliação, seleção e formação. A partilha da experiência vivida por outras famílias que adotaram, nas mesmas circunstâncias, facilitará a construção de expectativas ajustadas e promove que a parentalidade seja exercida de forma positiva desde a chegada da criança e ao longo de todo o desenvolvimento.

## Referências Bibliográficas

- Abreu-Lima, I.M.P. (2005). Avaliação do ambiente familiar e seu impacto na educação e desenvolvimento de crianças em idade pré-escolar. In Bairrão, J. (Ed.), *Desenvolvimento: contextos familiares e educativos* (pp. 98–140). Porto: Livpsic.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Audet, K. & Le Mare, L. (2010). Mitigating effects of the adoptive caregiving environment on inattention/overactivity in children adopted from Romanian orphanages. *International Journal of Behavioral Development*, 35(2), 107-115. doi: 10.1177/0165025410373313
- Barbosa, M. A. (2010). *Comportamentos, Ideias e Afectos Parentais: Relação com os Comportamentos das Crianças. Estudo exploratório em Famílias Adoptivas Portuguesas* (Tese Mestrado Integrado não publicada). FPCEUP, Porto.
- Barbosa-Ducharne, M., Moreira, A., Ferreira da Silva, A., Monteiro, J., & Soares, J. (2013). Entrevista sobre o Processo de Adoção. In M. S. Lemos, A. M. Gamelas & J. A. Lima (Eds.), *Instrumentos de investigação desenvolvidos, adaptados ou usados pelo Grupo de Investigação Desenvolvimental, Educacional e Clínica com Crianças e Adolescentes* (pp.121-125). Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Inéditos Idecca/coord. Marina Serra de Lemos; 2).
- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J., Barbosa, M., Silva, A., & Cardoso, C. (2011). QPP-Questionário sobre Parentalidade para Pais: Resultados obtidos junto de pais adotivos. In A. S. Ferreira, A. Verhaeghe, D. R. Silva, L. S. Almeida, R. Lima, & S. Fraga (Eds.), *Actas do VIII congresso iberoamericano de avaliação/evaluación psicológica e XV conferência internacional de avaliação psicológica: formas e contextos* (pp. 1655-1665).
- Baumrind, D. (1996). The discipline controversy revisited. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 45 (4), 405-414. doi: 10.2307/585170
- Bowbly, J. (1982). *Formação e Rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brodzinsky, D. M. (1990). A stress and coping model of adoption adjustment. In D.M. Brodzinsky, & M.D. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (pp. 3-24). New York: Oxford University Press.
- Brodzinsky, D.M. (1993). Long-term outcomes in adoption. *The Future of Children*, 3(1), 153-166. doi:10.2307/1602410
- Brodzinsky, D. M. (2005). Reconceptualizing openness in adoption: Implications for theory research and practice. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 145-166). New York: Greenwood.

- Brodzinsky, D. M., & Huffman, L. (1988). Transition to adoptive parenthood. *Marriage & Family Review*, 12(3-4), 267-286. doi:10.1300/J002v12n03\_13
- Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Vol.1: Children and Parenting* (pp. 279-311). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, D., Braff, A. M., & Singer, L. (1984). Psychological and academic adjustment in adopted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52 (4), 582-590. doi:10.1037/0022-006X.52.4.582
- Brodzinsky, D. M., Singer, L., & Braff, A. M. (1984). Children's understanding of adoption. *Child Development*, 55 (3), 869-878. doi:10.1111/1467-8624.ep12424986
- Bugental, D., & Goodnow, J. J. (1998). Socialization processes. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology, 5th ed.: Vol 3. Social, emotional, and personality development* (pp. 389-462). Hoboken, NJ US: John Wiley & Sons Inc.
- Bugental, D., & Johnston, C. (2000). Parental and child cognitions in the context of the family. *Annual Review of Psychology*, 5 (13), 15-344. doi:10.1146/annurev.psych.51.1.315.
- Castle, J., Groothues, C., Beckett, C., Colvert, E., Hawkins, A., Kreppner, J., & ... Rutter, M. (2009). Parents' evaluation of adoption success: A follow-up study of intercountry and domestic adoptions. *American Journal Of Orthopsychiatry*, 79(4), 522-531. doi:10.1037/a0017262
- Cardoso, C.V.P. (2008). *Estratégias disciplinares e afectos parentais: um estudo exploratório com pais biológicos e pais adoptivos* (Tese Mestrado Integrado não publicada). FPCEUP, Porto.
- Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. Porto: Livpsic.
- Cruz, O. & Lima, I. (2012). Qualidade do ambiente familiar – preditores e consequências no desenvolvimento das crianças e jovens. *Revista Amazônica: Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, 8(1), 244-265. Retirado de [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CDIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fsigarra.up.pt%2Ffpceup%2Fpt%2Fpubls\\_pesquisa.show\\_publ\\_file%3Fpct\\_gdoc\\_id%3D25459&ei=mlpmUsqbKYfR7AaQ9YHYAQ&usq=AFQjCNGeO0yk5bWv5tLYdULsDkuSA1Wggg&bvm=bv.55123115,d.Yms](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CDIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fsigarra.up.pt%2Ffpceup%2Fpt%2Fpubls_pesquisa.show_publ_file%3Fpct_gdoc_id%3D25459&ei=mlpmUsqbKYfR7AaQ9YHYAQ&usq=AFQjCNGeO0yk5bWv5tLYdULsDkuSA1Wggg&bvm=bv.55123115,d.Yms)
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. doi: 10.1037/0033-2909.113.3.487
- Decreto-Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto. Diário da República nº 193/03 – I Série A.

- Deater-Deckard, K., & Plomin, R. (1999). An adoption study of etiology of teacher and parent reports of externalizing behavior problems in middle childhood. *Child Development, 70*(1), 144-154. doi:10.1111/1467-8624.00011
- Ferreira da Silva, A. (2009). *As dimensões de expressão emocional, comunicação e disciplina na Parentalidade Adoptiva: Um estudo exploratório* (Tese Mestrado Integrado não publicada). FPCEUP, Porto.
- Gama, G. C. (2003). *A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade - filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Glover, M. A., Mullineaux, P., Deater-Deckard, K. & Petrill, S. (2010). Parents' feelings towards their adoptive and non-adoptive children. *Infant & Child Development, 19*(3), 238-251. doi:10.1002/icd.664
- Hamilton, L., Cheng, S., & Powell, B. (2007). Adoptive parents, adoptive parents: evaluating the importance of biological ties for parental investment. *American Sociological Review, 72*(1), 95-116. doi:10.1177/000312240707200105
- Hoffman, M. (1975). Moral, internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology, 11*(2), 228-239. doi:10.1037/h0076463
- Hoffman, M. (1994). Discipline and Internalization. *Developmental Psychology, 30*(1), 26-28. doi:10.1037/0012-1649.30.1.26
- Juffer, F., Palacios, J., LeMare, L., Sonuga-Barke, E., Tieman, W., Bakermans-Kranenburg, M., ... Verhulst, F. (2011). Development of adopted children with histories of early adversity. *Monographs of the Society for Research on Child Development, 76*(4), 31-61. doi:10.1111/j.1540-5834.2011.00627
- Kirschner, D., & Nagel, L. (1988). Antisocial behavior in adoptees: Patterns and dynamics. *Child and Adolescent Social Work Journal, 5*(4), 300-314. doi:10.1007/BF00755393
- Levinzon, G. (2004). *Adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levy-Shiff, R., Goldschmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology, 27*(1), 131-140. doi:10.1037/0012-1649.27.1.131
- Mainemer, H., Gilman, L. C., & Ames, E. W. (1998). Parenting stress in families adopting children from Romanian orphanages. *Journal Of Family Issues, 19*(2), 164-180. doi:10.1177/019251398019002003
- Mccall, R., van Ijzendoorn, M., Juffer, F., Groark, C., & Groza, V. (2011). Children without permanent parents: research, practice, and policy. *Monographs of the Society for the Research on Child Development, 76*, vii-viii. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00624.x

- Miall, C. E. (1987). The stigma of adoptive parent status: perceptions of community attitudes toward adoption and the experience of informal social sanctioning. *Family Relations*, 36(1), 34 – 39. doi:10.2307/584644
- Mills, R. H., & Rubin, K. H. (1990). Parental beliefs about problematic social behaviors in early childhood. *Child Development*, 61(1), 138. doi: 10.1111/1467-8624.ep9102040549
- Mulhern, R. K., & Passman, R. H. (1981). Parental discipline as affected by the sex of the parent, the sex of the child, and the child's apparent responsiveness to discipline. *Developmental Psychology*, 17(5), 604-613. doi:10.1037/0012-1649.17.5.604
- Muñoz, I., Rebollo, M., Fernandez-Molina, M., & Morán, R. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 19(4), 597-602. Retirado de:  
<http://web.ebscohost.com/ehost/viewarticle?data=dGJyMPPp44rp2%2fdV0%2bnjisfk5Ie46bNNtau2ULSkw1rRuc1G49jxe%2b22r0itqLBHsKavS56vuEi1sK5JnrFLPvLo34bx1%2bGM5%2bXsgeKzq0mxrbZNt6ivUbWc6nns3buI8qPgiqTa4FXu6feApOrff7u3zD7f5LtKrqa1Ra%2brtUm0o65It5zkh%2fdJ34y73POE6urjkPIA&hid=126>
- Oliveira, C. F. M. (2008). *Para além do sangue: representações e práticas dos decisores de adoção* (Tese Mestrado Integrado não publicada). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Paiva, L. D. (2004). *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Palacios, J. (2001). Familias adoptivas. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Eds.), *Família y desarrollo humano* (2ª ed., pp. 353-371). Madrid: Alianza Editorial.
- Palacios, J. (2007). *Intervenciones profesionales en adopción internacional: valoración de idoneidad, asignación de menores a familias y seguimiento posadoptivo*. Madrid: Ministerio de Educación, Política social y Deporte.
- Palacios, J. (2010). Familias adoptivas. In E. Arranz & A. Oliva (Eds.), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 51-67). Madrid: Ed. Pirâmide.
- Palacios, J., Roman, M., & Camacho, C. (2010). Growth and development in internationally adopted children: extent and timing of recovery after early adversity. *Child: Care, Health and Development*, 32, 282-288. doi: 10.1111/j.1365-2214.2010.01142.x
- Palacios, J. & Sánchez-Sandoval, Y. (1996). Relaciones padres hijos en familias adoptivas. *Anuário de Psicologia*, 71 (4), 87-105. Retirado de

<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=4&sid=ba25808c-d22c-4a52-b8b9-c1b1ce697755%40sessionmgr111&hid=122&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#db=psych&AN=1997-07706-003>

- Palacios, J., & Sánchez-Sandoval, Y.S. (2005). Beyond adopted/non-adopted comparisons. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption: research and practice* (pp. 117-144). New York: Greenwood
- Palacios, J., Sánchez-Sandoval, Y., & León, E. (2005). Intercountry adoption disruptions in Spain. *Adoption Quarterly*, 9(1), 35-55. doi:10.1300/J145v09n01\_03
- Palacios, J., Sanchez-Espinosa, E., & Sanchez-Sandoval, I. (1995). *EPA - Entrevista sobre el proceso de adopción*. Psicología Evolutiva y de la Educación. Universidad de Sevilla.
- Palacios, J., Sánchez-Sandoval, Y. S., & Sánchez-Espinosa, E. (1996). *La adopción en Andalucía*. Conserjería de Asuntos Sociales. Dirección General de Atención al Niño. Sevilla: Junta de Andalucía.
- Parke, R. D., & Buriel, R. (1998). Socialization in the family: ethnic and ecological perspectives. In W. Damon & R. Lerner (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp.429-504). Ney Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M. & Hutz, C. S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. S. Hutz (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 9-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Roberts, G., Block, J. H., & Block, J. (1984). Continuity and change in parents' child-rearing practices. *Child Development*, 55(2), 586 – 597. doi:10.1111/1467-8624.ep7304565
- Rodrigo, M. & Palacios, J. (2001). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. Rodrigo & J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (2ª ed., pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.
- Sánchez-Sandoval, Y. (2011). Satisfacción con la adopción y con sus repercusiones en la vida familiar. *Psicothema*, 23(4), 630-635. Retirado de:  
<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=3&sid=a72156fb-5a50-4ab7-b81c-3b313f36dad%40sessionmgr14&hid=21&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#db=psych&AN=2011-24431-016>
- Sánchez-Sandoval, Y., & Palacios, J. (2012). Problemas emocionales y comportamentales en niños adoptados y no adoptados. *Clinica y Salud*, 23(3), 221-234. doi: 10.5093/cl2012a14

- Schettini, L. (1999). *Adoção: origem, segredo e revelação*. Recife: Bagaço.
- Schwartz, L. L. (2008). Aspects of adoption and foster care. *The Journal of Psychiatry & Law*, 36, 153-169. Retirado de:  
<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=2&sid=c73bb636-a2e9-4b83-bb61-981319a4c326%40sessionmgr13&hid=21&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#db=pbh&AN=35173461>
- Soares, J. (2009). *Processo de Comunicação sobre a Adopção: Estudo Exploratório junto de Famílias Adoptivas Portuguesa* (Tese de Mestrado Integrado não publicada). FPCEUP, Porto.
- Solomon, C. R., & Poirier, M. C. (2006). Parenting styles and attributions and the behavior of children in the “No” stage in adoptive and biological families. *Adoption Quarterly*, 10 (1) p. 63-83. doi: 10.1300/J145v10n01\_04
- van Ijzendoorn, M.H., & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller memorial lecture 2006: Adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional and cognitive development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47, 1228-1245. doi: 10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x
- van Ijzendoorn, M., Palacios, J., Sonuga-Barke, E., Gunnar, M., Vorria, P., McCall, R., ...Juffer, F. (2011). Children in institutional care: delayed development and resilience. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76 (4), 8–30. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00626.x
- Viana, A. G., & Welsh, J. A. (2010). Correlates and predictors of parenting stress among internationally adopting mothers: A longitudinal investigation. *International Journal Of Behavioral Development*, 34(4), 363-373. doi:10.1177/0165025409339403
- Vieira, S. M. (2010). *A experiência da parentalidade adoptiva: do casal ao singular* (Tese de Mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Warren, S. B. (1992). Lower threshold for referral for psychiatric treatment for adopted adolescents. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 31(3), 512-517. doi:10.1097/00004583-199205000-00019
- Wrobel, G., Kohler, J. K., Grotevant, H. D., & McRoy, R. G. (1998). Factors related to patterns of information exchange between adoptive parents and children in mediated adoptions. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 19(4), 641-657. doi:10.1016/S0193-3973(99)80060-4
- Wrobel, G., Kohler, J. K., Grotevant, H. D. & McRoy, R. G. (2004) The Family Adoption Communication (FAC) Model, *Adoption Quarterly*, 7 (2), 53-84. doi: 10.1300/J145v07n02\_04